RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 04/07/2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

GABRIEL FERREIRA GURIAN

CONFLITO E CONVIVÊNCIA ENTRE PORTUGUESES E NEERLANDESES NO BRASIL E EM ANGOLA, 1624-1654

FRANCA

2022

GABRIEL FERREIRA GURIAN

CONFLITO E CONVIVÊNCIA ENTRE PORTUGUESES E NEERLANDESES NO BRASIL E EM ANGOLA, 1624-1654

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", *campus* de Franca, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em História.
Área de Concentração: História e Cultura
Linha de pesquisa: História e Cultura Social

Orientador: Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França

FRANCA

2022

G979c

Gurian, Gabriel Ferreira
Conflito e convivência entre portugueses e neerlandeses no Brasil e em Angola, 1624-1654 / Gabriel Ferreira Gurian. -- Franca, 2022
306 f. : il., tabs., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientador: Jean Marcel Carvalho França

1. História. 2. Portugueses. 3. Holandeses - Brasil. 4. Angola. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

GABRIEL FERREIRA GURIAN

CONFLITO E CONVIVÊNCIA ENTRE PORTUGUESES E NEERLANDESES NO BRASIL E EM ANGOLA, 1624-1654

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", *campus* de Franca, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em História.
Área de concentração: História e Cultura.
Linha de Pesquisa: História e Cultura Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França (presidente)

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP/campus Franca)

Prof. Dr. Ronaldo Vainfas

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof. Dr. Bruno Romero Ferreira Miranda

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Prof.ª Dr.ª Ana Carolina de Carvalho Viotti

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP/campus Franca)

Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP/campus Franca)

Franca, 04 de julho de 2022

À memória do professor Manolo Florentino

Para a Vitória

AGRADECIMENTOS

As páginas a seguir contaram com o apoio fundamental, em várias formas, de instituições e de pessoas às quais não poderia deixar de transmitir minha gratidão.

Primeiramente, à Universidade Estadual Paulista - UNESP e ao seu Programa de Pós-Graduação em História, que me proporcionaram espaços, recursos e contatos fundamentais nas várias etapas de minha formação acadêmica. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro que viabilizou a pesquisa de doutoramento e seu principal produto aqui apresentado.

Ao Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França, pela sempre cuidadosa e contínua orientação, desde a minha graduação. Agradeço pelas lições a cada diálogo e correção, pela paciência e pela confiança em meu trabalho.

Ao Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira, presente nas principais avaliações a que me submeti neste PPG, leitor atento, com apontamentos pertinentes e provocativos, sempre tidos em alta conta. Ao Prof. Dr. Manolo Florentino (*in memoriam*), cuja participação no exame de qualificação deste trabalho foi para mim uma honra; contato breve, mas enriquecedor, da tese apresentada e do historiador que aqui escreve. Aos integrantes da banca do exame de defesa, Prof. Dr. Ronaldo Vainfas, Prof. Dr. Bruno Romero Ferreira Miranda, Prof.ª Dr.ª Ana Carolina de Carvalho Viotti e, novamente, prof. Ricardo, nomes entre as minhas mais caras referências.

Aos membros do grupo *Escritos sobre os Novos Mundos*, pelo espaço estimulante de reflexões e discussões, sem o qual minha formação estaria incompleta.

Aos amigos unespianos Geraldo, Guilherme, Felipe X., Felipe F., Danilo, Rafael M., Matheus D., Letizia, Gabriela, Amanda, Luísa, Janaína, Waslan e Rodolfo, essenciais no decorrer dos últimos dez anos. E aos de longa data, que antecedem minha entrada na universidade, Gabriel e Pedro. Agradeço também a Elisielly e a Matheus F., que, além das boas trocas sempre que os encontro, tornaram-me acessíveis obras fundamentais para a pesquisa, do acervo da Biblioteca Octavio Ianni da Universidade Estadual de Campinas.

A Ana Carolina e Rafael G., sócios, compadres, referências, amigos com quem aprendo todos os dias, pesquisando, escrevendo, discutindo, comendo e bebendo história, que foram leitores, ouvintes e suportes essenciais durante as etapas de desenvolvimento e conclusão destas páginas.

Aos meus pais, Carlos Alberto e Maria Beatriz, e à minha irmã, Vitória, meus pilares, apoiadores incondicionais e indispensáveis de todos os passos que dei até hoje, não apenas em minha trajetória como historiador.

Daí a alegria da vitória, os hinos, aclamações, recompensas públicas e todos os demais efeitos das ações bélicas. Se a guerra não fosse isso [a conservação], tais demonstrações não chegariam a dar-se, pelo motivo real de que o homem só comemora e ama o que lhe é aprazível ou vantajoso, e pelo motivo racional de que nenhuma pessoa canoniza uma ação que virtualmente a destrói. Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas.

"Quincas Borba", Machado de Assis

A guerra faz os brancos ficarem diferentes do habitual, como faz uma valente bebedeira? Deve ter efeito em todos, brancos ou não, a guerra é um ser vivo complicado e com muitos frutos.

"A gloriosa família", Pepetela

GURIAN, Gabriel Ferreira. *Conflito e convivência entre portugueses e neerlandeses no Brasil e em Angola, 1624-1654*. 2022. 306 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2022.

RESUMO

Em meio às agitações decorrentes da guerra de secessão da República das Províncias Unidas dos Países Baixos diante de Castela, deflagrada em 1568, Portugal enfrentou uma crise sucessória que levou a uma união dinástica entre as Coroas ibéricas e a sua sujeição ao governo dos Habsburgo de Madri, entre 1580 e 1640. Nesse contexto, a Lusitânia se viu envolvida no conflito hispano-neerlandês, inflamado por questões políticas e religiosas, cujos embates logo extrapolaram as fronteiras da Europa e se estenderam aos territórios coloniais de além-mar. Assim, através de sua Companhia das Índias Ocidentais, os holandeses lançaram expedições contra os polos de produção açucareira no Brasil (1624 e 1630) e os enclaves escravistas na África Ocidental (1637 e 1641), particularmente Angola. Naquelas paragens, a presença neerlandesa teria durações significativas e levaria a interações sistemáticas entre os invasores e a população lusa, de modo que é possível observar na variada documentação do período a construção de relações diversas, para além da mera inimizade catalisada pelo fator espanhol e pelas dissidências de credo entre católicos e protestantes. Destarte, a tese ora apresentada se debruça sobre esses contatos no Atlântico, a partir de textos em língua portuguesa – de missivas administrativas a crônicas de guerra, passando por panegíricos, memórias, manifestos, epístolas de religiosos, entre outros –, contemplando a perspectiva daqueles afetados pelas invasões, atenta à vida material e ao cotidiano construído e partilhado naquelas plagas entre lusos e batavos, de modo a elucidar dinâmicas, relações e noções construídas a respeito do invasor a partir dessas experiências.

Palavras-chave: Relações sociais – Convivência – Brasil holandês – Angola – Atlântico

GURIAN, Gabriel Ferreira. *Conflict and coexistence between the Portuguese and the Dutch in Brazil and in Angola, 1624-1654.* 2022. 306 f. Thesis (PhD in History) – Faculty of Human and Social Sciences, São Paulo State University "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2022.

ABSTRACT

In the midst of the turmoil of the war of secession deflagrated by the Republic of the United Provinces of the Netherlands against Castile in 1568, Portugal faced a succession crisis that led to a dynastic union between the Iberian Crowns and its subjection to the Habsburg government of Madrid, between 1580 and 1640. Lusitania then found itself involved in the Spanish-Dutch conflict, inflamed by political and religious matters, with clashes that soon transcended the frontiers of Europe and reached the colonial territories overseas. Through their West India Company, the Dutch launched expeditions against the sugar production regions in Brazil (1624 and 1630) and the slave enclaves in Western Africa (1637 and 1641), particularly Angola. In those territories, the Dutch presence would last significantly and would lead to systematic interactions between the invaders and the Portuguese population, making it possible to observe in the miscellaneous documentation of the period the construction of diverse relationships, beyond the mere enmity catalyzed by the Spanish factor and the creedal dissent between Catholics and Protestants. Thus, this thesis focuses on these contacts in the Atlantic, analyzing texts in Portuguese – from administrative letters to war chronicles, as well as panegyrics, memoirs, manifestos, epistles by priests, among others –, contemplating the perspective of those affected by the invasions, attentive to the material and daily lives developed and shared in those regions between the Portuguese and the Dutch, in order to elucidate dynamics, relationships and notions constructed about the invader from these experiences.

Keywords: Social relationships – Coexistence – Dutch Brazil – Angola – Atlantic

GURIAN, Gabriel Ferreira. *Conflit et coexistence entre les Portugais et les Néerlandais au Brésil et en Angola, 1624-1654.* 2022. 306 f. Thèse (Doctorat en Histoire) – Faculté des Sciences Humaines et Sociales, Université d'État de São Paulo «Júlio de Mesquita Filho», Franca, 2022.

RÉSUMÉ

Durant les agitations nées de la guerre de sécession de la République des Provinces-Unies des Pays-Bas contre Castille, déflagrée en 1568, Portugal fit face à une crise de succession qui conduisit à une union dynastique entre les couronnes ibériques et à son assujettissement au gouvernement des Habsbourg de Madrid, entre 1580 et 1640. Dans ce contexte, la Lusitanie se retrouva impliquée dans le conflit hispano-néerlandais, enflammé par des dissensions politiques et religieuses, dont les affrontements extrapolèrent bientôt les frontières de l'Europe et s'étendirent aux territoires coloniaux d'outre-mer. Ainsi, par le biais de leur Compagnie des Indes Occidentales, les Hollandais lancèrent des expéditions contre les centres de production sucrière du Brésil (1624 et 1630) et les enclaves esclavagistes d'Afrique de l'Ouest (1637 et 1641), notamment l'Angola. Dans ces parages, la présence néerlandaise aurait des durées importantes et conduirait à des interactions systématiques entre les envahisseurs et la population portugaise, de sorte qu'il est possible d'observer dans la variée documentation de l'époque la construction de relations diverses, au-delà de la simple inimitié catalysée par le facteur espagnol et la dissidence religieuse entre catholiques et protestants. De ce fait, la thèse ici présentée se concentre sur ces contacts dans l'Atlantique, à partir de textes en langue portugaise – des lettres missives administratives aux chroniques de guerre, ainsi que les panégyriques, les mémoires, les manifestes, les épîtres de religieux, entre autres –, contemplant la perspective des personnes impactées par les invasions, attentive à la vie matérielle et au quotidien construit et partagé dans ces régions entre les Portugais et les Néerlandais, afin d'élucider les dynamiques, les relations et les notions construites sur l'envahisseur à partir de ces expériences.

Mots-clés : Relations sociales – Coexistence – Brésil néerlandais – Angola – Atlantique

SUMÁRIO

Introdução 11

PARTE I – PANORAMAS MATERIAIS DO ATLÂNTICO DISPUTADO 20

Capítulo 1 – As estruturas da contenda e os suportes metropolitanos 21
1.1. Depois da trégua dos doze anos 27
1.2. O valor da guerra de corso 40
1.3. As fragilidades de Pernambuco 48
1.4. "Descuidada de tão impensado acometimento" 57

Capítulo 2 – As inclemências das terras e os artifícios dos homens 67
2.1. Descômodos e dificuldades 68
2.2. Guerreando em trópicos hostis 91
2.3. Provimento e sustento 110
2.4. Assistência e remediação 128

PARTE II – CONTORNOS E OLHARES DA CONVIVÊNCIA 139

Capítulo 3 – As esferas da vida partilhada 140
3.1. O governo da coexistência 144
3.2. Questões de fé 173
3.3. Convivialidades e vínculos ordinários 188

Capítulo 4 – Retratos dos invasores 207
4.1. "Bárbaros brancos e louros" 208
4.2. Mercadores despudorados 224
4.3. Algozes dos pecadores 231
4.4. Sadios, briosos e contumazes 238

Considerações finais 250

Referências bibliográficas 260

Apêndices 280

INTRODUÇÃO

Na abertura da *História da Guerra de Pernambuco*, crônica dos conflitos luso-neerlandeses iniciados na dita capitania em 1630 e panegírico a João Fernandes Vieira, líder da insurreição proclamada em 13 de junho de 1645, o mestre de gramática e cronista Diogo Lopes Santiago expõe seus objetivos com a confecção da obra. Intentava "escrever a crônica das insignes proezas deste famoso varão, na heroica ação e empresa que originou e foi executando da liberdade desta Nova Lusitânia", como também era conhecido Pernambuco, "imitando ao sereníssimo rei D. João IV, nosso senhor", antes duque de Bragança, aclamado legítimo ocupante do trono português em 1640, num movimento "que pôs em liberdade a antiga Lusitânia da opressão e usurpação de El Rei de Castela, que, posto que era o jugo grave, contudo era de cristãos", ao passo que o jugo "destas capitanias de Pernambuco" era imposto por "hereges apóstatas, inimigos mortais dos católicos romanos, principalmente da nação portuguesa, [...] fazendo-lhe tantos insultos, opróbrios, males e tiranias, como pelo decurso desta história se irá vendo".[1]

Escrevendo nas décadas de 60 e 70 do Seiscentos, o autor sumariza algumas das grandes questões que permearam as relações travadas entre Portugal e os Países Baixos em fins do século XVI e no decorrer do XVII, e que também desempenharam papéis importantes nos encontros de lusos e holandeses no além-mar: as crescentes tensões religiosas entre católicos e protestantes; a união dinástica das coroas ibéricas, que dragou Portugal e suas possessões para o conflito de secessão da República das Províncias Unidas dos Países Baixos diante do domínio castelhano; e as investidas neerlandesas contra os territórios ultramarinos portugueses, com maior sistematicidade através da *Vereenigde Oostindische Compagnie* (VOC), a Companhia das Índias Orientais,[2] fundada em 1602, e da empresa irmã Ocidental, a *West-Indische Compagnie* (WIC), depois de sua criação em 1621. Lopes Santiago, um dos mais importantes autores a dissertar sobre o período conhecido como Brasil holandês depois da recuperação daqueles territórios pelos portugueses,[3] ainda pinta os invasores como inimigos severos da lusitanidade e do catolicismo, ocupantes injustificados e cruéis das capitanias brasílicas. Mas

[1] SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra*. 1ª edição integral. Recife: CEPE, 1984, p. 11, 12.
[2] BOXER, Charles R. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969, p. 121, 122.
[3] Cf. CLEMENTINO, Kléber. "A narrativa da guerra holandesa na historiografia portuguesa do século XVII". *In:* MIRANDA, Bruno R. F. *et al.* (org.). *Essa parte tão nobre do corpo da monarquia:* poderes, negócios e sociabilidades em Pernambuco colonial. Séculos XVI-XVIII. Recife: Editora UFPE, 2016, p. 117-146.

será que as relações entre eles se resumiram a essa hostilidade irreconciliável, catalisada por diferenças religiosas e querelas políticas?

Ainda hoje, a memória coletiva dos pernambucanos e, de maneira mais difusa, dos naturais de outros estados da região Nordeste do Brasil outrora ocupados pelos neerlandeses espelha essa percepção, através de valorações antagônicas sobre o chamado *tempo dos flamengos*, alinhadas à perspectiva exposta por Lopes Santiago ou favoráveis aos invasores, partindo, no entanto, da mesma premissa calcada na rivalidade absoluta entre esses povos. Uma dessas valorações tem cores nativistas e floresce entre os que glorificam a mobilização dos luso-brasileiros ao unirem todos os extratos sociais e raciais da colônia contra o invasor estrangeiro, em nome da liberdade, que levou à recuperação das capitanias em 1654; a outra é, por vezes, chamada de nassoviana, dos que exaltam uma imagem idealizada do conde João Maurício de Nassau como governante e lamentam que a América lusa não tenha se transformado numa América neerlandesa. Para Marcos Vinicios Rodrigues Vilaça, advogado, poeta, "imortal" da Academia Brasileira de Letras e natural do estado, "Pernambuco tem o seu tanto de maniqueísta",[4] questão que pode ser retraçada ao período colonial e aos impactos deixados pela ocupação holandesa.[5]

Estudiosos também incorreram nessa valoração antagônica, partindo do princípio de que a relação entre portugueses e batavos teria sido irreconciliável e exclusivamente hostil. Historiadores brasileiros, na segunda metade do século XIX, ora viam duplicidade e abusos[6] da parte dos agentes da Companhia das Índias Ocidentais, ora viam méritos governativos de figuras ilustres, especialmente na implementação de instituições "elevadas".[7] O saldo, todavia, era o de que "as duas sociedades – a dos vencidos e a dos vencedores –, embora sujeitas ao mesmo governo e regidas, em parte, pelas mesmas leis, não se fundiram [...]".[8] Ainda que a presença batava no Brasil tenha sido muito mais significativa para o mundo lusófono, acadêmicos estrangeiros, entre neerlandeses e alemães, até a primeira metade do século XX, também expressaram visões calcadas na incompatibilidade das duas sociedades em contato na América lusa, enquanto demonstravam marcadas inclinações anti-ibéricas, a começar pelo

[4] VILAÇA, Marcos Vinicios Rodrigues. "Prefácio". *In:* ALBUQUERQUE, Maria Cristina Cavalcanti de. *Príncipe e Corsário:* quase tudo que Gaspar Dias Ferreira escreveu sobre João Maurício de Nassau, o brasileiro. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.
[5] Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio:* o imaginário da restauração pernambucana. 3ª edição, revisada. São Paulo: Alameda, 2008.
[6] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1872, p. 226.
[7] PEREIRA, José Hygino Duarte. Conferência. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, n. 30-31, Recife, 1886, p. 8, 9.
[8] Ibid., p. 9.

desdém de fontes em língua portuguesa ou espanhola, por desconhecimento ou por desconsiderarem seu valor documental – o que foi prejudicial às suas análises, segundo pesquisadores posteriores.[9] Esses estrangeiros ainda rotularam alguns autores lusos da época de "odientos" e afirmaram que opiniões negativas sobre os neerlandeses beiravam as "raias do grotesco".[10] Uma reverberação, talvez, da cisão indicada por Diogo Lopes Santiago, através da demonstração de ojerizas antigas, junto da oposição entre os povos ibéricos e setentrionais nos estudos, o que também se via entre historiadores portugueses, ao tratarem de seus antepassados na primeira pessoa do plural enquanto viam os neerlandeses como "o outro".[11]

Depois de décadas de investigação histórica, com a ampliação da documentação acessível a pesquisadores fora da Europa, o alargamento dos objetos e áreas de interesse contemplados, a mobilização de novas metodologias de análise, a publicação de trabalhos tornados clássicos[12] e de obras paradigmáticas,[13] que revisaram até a questionada necessidade de prosseguimento das pesquisas sobre o chamado Brasil holandês,[14] os portugueses e os neerlandeses ainda são predominantemente tratados como categoriais sociais fechadas e um tanto deterministas. A origem dos agentes é tomada como informativa de seu arcabouço cultural e forte condicionante das perspectivas e posturas demonstradas, num apego sociológico às distinções coetâneas como absolutas. Sobressaem como agrupamentos internamente coesos, indivisíveis, antagônicos e sempre imiscíveis entre si. Estudiosos brasileiros têm, mais recentemente, problematizado certos lugares comuns, mobilizado documentação ainda não cotejada por pesquisadores nacionais, guardada em arquivos estrangeiros, em formato manuscrito e sem tradução, propiciando olhares diferentes e mais atentos às minúcias e nuances da vida cotidiana.[15] Alguns trabalhos vêm desconstruindo noções consolidadas de coesão e

---

[9] Cf. RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949, p. 20, 21.

[10] WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*: um capítulo na história colonial do século XVII. Recife: CEPE, 2004, p. 40, 41.

[11] Ver, entre outros: REGO, António da Silva. *A dupla restauração de Angola: 1641-1648*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1948, p. 9.

[12] MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 4ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

[13] MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 3ª edição, definitiva. São Paulo: Editora 34, 2007.

[14] A publicação da obra de Evaldo Cabral de Mello, em 1974, levou Charles Ralph Boxer a se retratar sobre uma declaração dada alguns anos antes, em que afirmava que o período já havia sido suficientemente discutido e que a insistência dos estudos com tal enfoque não se pagaria. Cf. BOXER, Charles R. "Some reflections on the historiography of Colonial Brazil, 1950-1970". *In:* ALDEN, Dauril (ed.). *Colonial roots of Modern Brazil*. Berkeley, Los Angeles & London, UK: University of California Press, 1973, p. 12; ALENCASTRO, Luís Felipe de. "Desagravo de Pernambuco e glória do Brasil: a obra de Evaldo Cabral de Mello". *In:* SCHWARCZ, Lilia M. (org.). *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 37.

[15] Cf. MIRANDA, Bruno R. F. *Gente de guerra*: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654). Recife: Editora UFPE, 2014; XAVIER, Lucia F. W.

separação entre organizações políticas nacionais, e sistemas e itinerários comerciais que gozavam de monopólios sobre territórios e produtos específicos, como o tráfico de cativos.[16] Essas investigações têm elucidado comportamentos, relações e valores difusos e diversos entre grupos e agentes participantes nesses sistemas, de origens e culturas variadas, contemplados em escalas compostas de análise, com suas peculiaridades, ainda assim, bem situadas e relacionadas a quadros mais amplos. Todavia, parece que a síntese das relações entre lusos e batavos, não só no Brasil, permanece atrelada à hostilidade.

A tese ora apresentada questiona justamente a natureza dessas relações. O trabalho foi inicialmente pautado por interrogações a respeito das principais perspectivas e juízos registrados e paulatinamente pactuados como verdade[17] no mundo luso sobre os invasores setentrionais das praças atlânticas – incluindo-se aí também Angola, onde os batavos permaneceram por sete anos a partir de 1641, concomitantemente à ocupação das capitanias no Norte do Brasil. A pesquisa, concebida e conduzida no seio do Grupo *Escritos sobre os Novos Mundos: uma história da construção de valores morais em língua portuguesa*,[18] indagava quais seriam os contornos da retratação dos holandeses no idioma lusitano a partir da experiência de cerca de 30 anos de coexistência nos citados territórios disputados. O espaço africano, quase sempre descolado ou tratado meramente como polo escravista, de obtenção e despacho de almas para as Américas, foi contemplado como cenário igualmente relevante de interações entre os mesmos agentes, cenário que poderia suscitar uma possível comparação ao que ocorreu no Brasil, mas que terminou se mostrando uma extensão de relações análogas, e, portanto, acréscimo enriquecedor ao espaço amostral. Assim, intentava-se, mapear os indícios da "vida de todos os dias"[19] a fim de coligir essas perspectivas lusófonas sobre os holandeses, fundamentadas pela partilha dos mesmos espaços naquele período.

Sociabilidade no Brasil neerlandês (1630-1654). Orientador: Maarten Jansen. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de Leiden. Leiden, 2018.

[16] Cf. SILVA, Filipa Ribeiro da. *Dutch and Portuguese in Western Africa:* empires, merchants and the Atlantic System, 1580-1674. Leiden, NL; Boston, USA: Brill, 2011.

[17] FOUCAULT, Michel. "Sobre a arqueologia das ciências: resposta ao Círculo de Epistemologia". *In:* FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Coleção Ditos e Escritos, volume II. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 91.

[18] Contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), na modalidade Grupo Temático, entre 2015 e 2021. Processo nº 13/147866-6. <http://www.bv.fapesp.br/pt/auxilios/90522/escritos-sobre-os-novos-mundos-uma-historia-da-construcao-de-valores-morais-em-lingua-portuguesa/>

[19] VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014, p. 31, 32.

Partiu-se de uma documentação sabidamente parcial, diante do montante, da variedade de textos e da diversidade de autores do período;[20] uma miscelânea[21] composta por missivas administrativas, epístolas de religiosos, crônicas de assuntos gerais ou dedicadas às guerras, memórias, manifestos etc., serializada[22] a partir do idioma de escrita e da preocupação dos autores em dissertarem, mais ou menos detidamente, sobre as invasões e os invasores. Dessa forma, padrões relativos aos valores e perspectivas partilhados ou não pelos escribas puderam ser percebidos, questões que fogem ao simples fato de serem eles culturalmente portugueses e que elucidaram a análise de seus testemunhos. Vale pontuar que os textos compreendem um período entre 1624, data da primeira incursão da WIC contra o Brasil, o ataque e breve ocupação na Baía de Todos os Santos, e 1680, quando obras importantes, retrospectivas sobre marcos bélicos, méritos militares e outros louváveis acontecimentos na história de Portugal e de seus territórios ultramarinos às vésperas e depois da Restauração monárquica, apresentam imagens amadurecidas, mais bem definidas, sobre os neerlandeses, pactuadas de maneira mais ampla no mundo lusófono, construídas ao longo de décadas de embates, tréguas e convivências.

Desde o início da investigação, havia indícios coligidos que apontavam para o estabelecimento de relações complexas à época, que extrapolavam a mera inimizade catalisada por querelas políticas ligadas aos espanhóis e pelas dissidências religiosas entre católicos e protestantes, que respaldavam o questionamento do antagonismo como definidor das relações luso-neerlandesas, apontando-o como apenas uma faceta, talvez a mais patente, mas não a única relevante. O desenvolvimento da tese levou a um encadeamento específico dos elementos analisados, direção refletida na organização do trabalho aqui apresentado. Apesar do questionamento sobre a natureza predominantemente hostil das relações luso-neerlandesas, a guerra foi um fator fundamental e incontornável de seu contato, o primeiro e mais evidente tipo de relação travada entre eles nos trópicos, que abriu caminho para a implantação dos setentrionais ao sul do Equador. Desse modo, os impactos imediatos das invasões, especialmente no cotidiano e na vida material dos territórios acometidos, pareceram os

[20] Apesar da incompletude, sabendo-se que o período entre 1624 e 1654 suscitou uma volumosa produção escrita para os padrões do período colonial brasileiro, a documentação foi contemplada à luz da historiografia especializada, que se debruçou sobre e contrapôs a maior parte das fontes neerlandeses e portuguesas – incluindo-se, certamente, as aqui analisadas –, esclarecendo pontos e questões chave sobre o Brasil holandês, destacando informações imprecisas, de ocorrências pontuais e contraditórias, e as mais seguras, corroboradas por vários autores.

[21] "A qualidade, a riqueza e a diversidade das informações reunidas estão patentes em crônicas, narrativas de viagens, relatórios de embaixadas, cartas de jesuítas, diários e correspondência oficial. [...] Parece não ter havido faceta da experiência humana que tenha escapado aos olhos de lince e aos excelentes ouvidos dos portugueses, nas suas peregrinações". RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento:* os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808). Algés: Difel, 1998, p. 36, 37.

[22] FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 6-13.

melhores elementos a serem observados de saída na documentação. A percepção coetânea a seu respeito foi importante na elaboração dos "pareceres" sobre os batavos, e muitos desses testemunhos partiram de um conhecimento dos contextos *ante bellum*, das condições de cada plaga antes do desembarque das forças da WIC, explicitando, muitas vezes, os efeitos dos ataques e das ocupações a partir do contraste. Tais impactos, por sua vez, foram estruturantes para o desenvolvimento dos cenários peculiares nos quais interações mais sistemáticas e variadas entre lusos e flamengos se dariam.

Dessa forma, prioriza-se, no primeiro capítulo, a observação das estruturas materiais disponíveis e mobilizadas por ambos os lados no âmbito bélico, particularmente nos primeiros embates. Os aparatos ofensivos e defensivos, navais e terrestres, os contingentes humanos e os choques dessas estruturas nas investidas neerlandesas à Bahia, a Pernambuco e a Angola. São fatores indicativos do estado dos territórios coloniais invadidos, a partir de suas defesas, da pujança militar da WIC e do suporte metropolitano disponível e oferecido pelas Coroas ibéricas e pelas Províncias Unidas. No segundo capítulo, a atenção se volta para a vida material e cotidiana resultante do abalo provocado por essas invasões. Indaga-se quais foram os obstáculos e dificuldades que assolaram os envolvidos, entre combatentes e as populações, e quais foram as soluções por eles concebidas, visando a sobrevivência e o prosseguimento da contenda em terra, em defesa ou conquista daquelas paragens, até que a radicação dos estrangeiros tomasse formas que permitissem contatos balizados por outros fatores que não só a inimizade. Assim, os dois primeiros capítulos compõem a primeira parte da tese, intitulada "Panoramas materiais do Atlântico disputado". Intenta-se aí compreender as condições materiais dos espaços sobre os quais as relações que os portugueses estabeleceram com os holandeses se desenvolveram, sem perder de vista os juízos formulados desde as primeiras interações, predominantemente belicosas. Sobre esses alicerces, construíram-se cenários específicos, com dinâmicas cotidianas próprias e relações variadas entre os indivíduos que os coabitaram, relações que foram fundamentais para a elaboração, transmissão e consolidação, entre os portugueses, de perspectivas e juízos sobre os setentrionais.

Na segunda parte, "Contornos e olhares da convivência", observa-se efetivamente as principais relações luso-neerlandesas cultivadas nas três ocupações no Atlântico Sul, depois da formatação de tais espaços em ambientes permeados por elementos além da rivalidade política e a incompatibilidade religiosa, nos quais várias instâncias cotidianas uniram portugueses e flamengos. Apesar de a guerra aparecer como um fator constante, vê-se períodos de relativa estabilidade, de cessação das hostilidades. E foi durante essas janelas que se deram contatos mais variados com mais sistematicidade, numa porção de formas de convívio. Destarte, o

terceiro capítulo contempla as esferas da vida partilhada, pontuando desacordos, dissidências e convergências. Já o quarto e último deriva diretamente das indagações iniciais da pesquisa a respeito dos principais contornos do invasor retratados em língua portuguesa. A partir das elucidadas experiências de conflito e convivência, em espaços peculiares modificados pelas invasões e construídos conjuntamente, vê-se que os traços mais enfatizados e os juízos pactuados formam uma miríade de aspectos negativos e positivos, tributários das variadas formas de relacionamento que se desenvolveram ali, intimamente ligadas às condições cotidianas locais.

Antes de o leitor passar adiante, cabe ainda esclarecer alguns critérios vocabulares deste trabalho. Tanto para preservar o léxico da época quanto para especificar com a maior clareza possível a quais atores se refere determinada questão, trecho documental ou argumento, os predicados "português", "neerlandês" e seus sinônimos do período são empregados como denominadores abrangentes, considerando-se também as indicações que dão a respeito do arcabouço de valores dos indivíduos e grupos aos quais se referem. No entanto, o inventário de ações descritas, de ideias expostas e de perspectivas emitidas pelos autores coetâneos, isto é, o quadro de possibilidades de pensamento e de conduta, diretamente relacionado aos contextos analisados, prescinde do suposto determinismo desses predicados. Ainda sobre a questão, os lusófonos são aqui tratados principalmente por portugueses, lusos, lusitanos, mas também por luso-brasileiros, quando se relacionam às capitanias brasílicas, sem grandes distinções entre reinóis e nascidos na terra, a não ser quando necessário e especificado pela documentação; eles são também chamados de moradores e habitantes quando se tratam daqueles radicados nos territórios ultramarinos invadidos, denominação comum tanto nos textos de autoria portuguesa quanto neerlandesa. Ainda que muitos dos judeus emigrados para o Atlântico Sul tenham sua origem na Península Ibérica, transferindo-se para os Países Baixos antes de partirem em direção aos trópicos, a herança hebraica tende a sobrepujar a naturalidade, de modo que a generalização "portugueses" não inclui judeus nascidos em Portugal.[23] As gentes "da nação" judaica, inclusive, figuram apenas pontualmente neste estudo, quase sempre como cristãos-novos judaizantes ou criptojudeus denunciados a autoridades eclesiásticas católicas, e também como desafetos dos calvinistas, religiosos e leigos, sem grandes distinções entre sefardins e asquenazes.

Todos os envolvidos no empreendimento da WIC são referidos de maneira geral como neerlandeses – mesmo que boa parte da soldadesca, composta predominantemente por

[23] Cf. VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém colonial:* judeus portugueses no Brasil holandês. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 19-40.

mercenários, do oficialato e dos funcionários da administração tenha sido formada por estrangeiros de muitas partes da Europa do Norte[24] –, designados também como holandeses, flamengos,[25] batavos,[26] setentrionais, etc., salvo quando a explicitação da nacionalidade seja considerada relevante ou necessária. Os indígenas do Brasil são distintos, grosso modo, entre brasilianos, uma denominação coetânea abrangente para os vários povos Tupinambás, e tapuias, todos, por vezes, referidos de forma geral como índios, nativos, gentios e íncolas. Os africanos, quando na condição de escravizados, carecem, muitas vezes, de especificação de origem ou etnia nos textos da época, figurando como escravos, cativos, negros, pretos e denominações semelhantes; já os indivíduos livres de povos nativos de África envolvidos nas disputas ocorridas em Angola são designados a partir das regiões de onde originavam e de suas culturas, muitas vezes distintas a partir de títulos e posições sociais ou militares que foram apreendidos pelos portugueses, como os sobas, líderes de pequenos agrupamentos do povo mbundu, e os quilambas, capitães mbangala, grupo conhecido também como jagas. Em suma, os predicados foram utilizados neste trabalho para designar, a partir de padrões indicados pela documentação, agrupamentos sociais cujos membros partilhavam traços formadores comuns, como origem, crença e costumes, e algum senso de comunidade, entendendo-se, *a priori*, como aliados, especialmente diante de um adversário compartilhado. Mas essas nomenclaturas não são categorias deterministas do comportamento desses indivíduos. Dão pistas sobre valores, visões de mundo, horizontes de expectativa, afinidades em potencial, mas, como poderá ser percebido, comportam exceções nada desprezíveis em grau de divergência e em número de divergentes, aqueles que optaram por cursos de ação destoantes do traçado e esperado por seus pares.

Outros termos também merecem alguns comentários. "Conquista", apesar de transmitir a imprecisa ideia de pleno êxito militar e estabilidade administrativa,[27] é uma das principais e mais recorrentes designações coevas para o Brasil holandês como um todo, tanto os territórios ocupados pelos batavos quanto o período entre 1630 e 1654, figurando também na documentação relativa aos territórios apossados na África Ocidental. Manteve-se aqui a semântica de designação espacial, como sinônimo de ocupação, por exemplo, quando em

[24] Havia ingleses, escoceses, alemães, franceses, suecos, dinamarqueses, entre outros. Cf. MIRANDA, Bruno R. F. op. cit., 2014, p. 40-45.
[25] O termo "flamengo" refere-se, de fato, aos naturais de Flandres, mas, apesar de impreciso para se referir aos neerlandeses, é uma denominação muito recorrente no vocabulário da época para designar, de maneira geral, aqueles oriundos das Províncias Unidas, e é utilizada aqui da mesma maneira. MELLO, José Antônio Gonsalves de. op. cit., 2007, p. 11, 12.
[26] Termo também específico aos originários da Batávia, mas estendido aos neerlandeses de modo geral.
[27] "[...] a dominação holandesa era um fato; não era, nunca seria um fato consumado". ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800).* Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p. 89.

referência somente às capitanias setentrionais do Brasil.[28] Já "invasão", a despeito do valorativo implícito de uma possessão legítima perturbada por agentes externos, podendo indicar predileção pelo direito luso sobre as terras disputadas, apenas designa as investidas neerlandesas, sem enquadrá-las em uma lógica jurídica ou parcial.

"Arraial" é denominação corriqueira na documentação e aplicada a uma multitude de arranjos improvisados, de assentamentos e alojamentos humanos, especificamente dos portugueses, diretamente resultantes dos desterros provocados pelas invasões. Em quase todas as suas ocorrências, no Brasil e em Angola, o termo tem inicial minúscula, mas é grafado com maiúscula ao se referir ao Arraial do Bom Jesus, erigido em Pernambuco em 1630, o mais importante bastião da resistência luso-brasileira naquela década, de tamanha relevância que suscitou uma homenagem durante a guerra de insurreição na década de 1640, quando a fortificação erigida pelos líderes do levante reuniu também muitos moradores, que "foram fazendo suas casas à sombra desta força, com que em breve se fez uma razoada povoação, que chamavam vulgarmente o Arraial Novo" do Bom Jesus.[29] "Baía", por sua vez, é usada com inicial maiúscula para se referir à de Todos os Santos e com minúscula para se referir a outras ocorrências geográficas da mesma natureza, quando em contexto, ao passo que "Bahia" se refere à capitania como um todo.

Palavras menos familiares do léxico da época, que aparecem pontualmente, ou com menor frequência, como medidas de peso ou de distância, são acompanhadas, quando necessário, de notas explicativas. O leitor ainda encontrará, ao final do trabalho, uma seção de apêndices, com a listagem de governantes e modelos administrativos pertinentes ao período; os tipos de embarcação comumente manejados no Atlântico durante o século XVII, citados ao longo da tese; pinturas, gravuras e mapas coetâneos, associados, no corpo do texto, a determinados momentos e passagens; mapas autorais contendo as principais locações citadas, na Bahia, nas capitanias ao norte do rio São Francisco e em Angola; e uma cronologia com marcos e acontecimentos importantes.

---

[28] MELLO, José Antônio Gonsalves de. "Companhia das Índias Ocidentais". *In:* HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os holandeses (1630-1654)*. Rio de Janeiro: GMT Editores; Sextante, 1999, p. 42.
[29] SANTIAGO, Diogo Lopes. op. cit., 1984, p. 330.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu notório *Epanaphoras de varia historia portuguesa*, de 1660, D. Francisco Manuel de Melo, nobre que reuniu predicados como historiador, poeta, prosador, moralista, político e militar, sintetiza da seguinte maneira os conflitos luso-neerlandeses no Atlântico daquele século:

> Entre as modernas ações de nossos lusitanos, não é esta a que deixa sem competência a dos antigos; e é aquela que, por ventura, não achará imitação entre os estranhos, moderna nem antigamente; porque se considerarmos uma guerra distante, desajudada dos respeitos, estorvada do tempo, executada por desfavorecidos, armas tumultuárias, em mãos de homens vinte e quatro anos sujeitos ao jugo de áspero domínio, contra nação famosa, capitães destros, ministros prudentes e efeitos ricos; não sei eu que nos arquivos da lembrança humana haja outra, com semelhante felicidade conseguida, por mais que Albânia se nos oponha, pela de seu semelhante Castrioto.[1]

Incumbindo-se, na quinta epanáfora, a "Triunfante", de "lançar pelo mundo um glorioso pregão do sucesso que tiveram as armas portuguesas dos vassalos d'El Rei Dom João, o Quarto",[2] o autor contempla especialmente o ocorrido no Brasil, fazendo referência ao herói albanês Castrioto,[3] ao compará-lo a João Fernandes Vieira. O mesmo paralelo também seria invocado pelo frei Raphael de Jesus, abade do Mosteiro de São Bento de Lisboa, ao elaborar outro panegírico ao Lucideno – além dos de Manoel Calado e Diogo Lopes Santiago –, intitulado *Castrioto Lusitano, ou, Historia da guerra entre o Brazil e a Hollanda, durante os annos de 1624 a 1654, terminada pela gloriosa restauração de Pernambuco e das capitanias confinantes [...]*,[4] com manuscrito original datado de 1675, ganhando publicação quatro anos depois.[5] Como recursos retóricos para evidenciar o valor de seus compatriotas, Francisco Manuel de Melo também arrola elementos importantes das condições do embate contra os setentrionais, como a

---

[1] MELO, Francisco Manuel de. *Epanaphoras de varia historia portuguesa*. Lisboa: D. Antônio Craesbeeck de Mello, Impressor de S. Alteza, 1676, p. 572.

[22] Ibid., p. 573.

[3] Jorge Castrioto, aportuguesamento de Gjergj Kastrioti, mais conhecido como Skanderbeg, é considerado a figura mais importante da história da Albânia, tendo liderado a resistência militar contra o avanço das forças otomanas e a expansão islâmica sobre a Europa Ocidental por 25 anos, entre 1443 e 1468.

[4] JESUS, Raphael de. *Castrioto Lusitano, ou Historia da guerra entre o Brazil e a Hollanda, durante os annos de 1624 a 1654, terminada pela gloriosa restauração de Pernambuco e das capitanias confinantes: obra em que se descrevem os heroicos feitos do illustre João Fernandes Vieira, e dos valorosos capitães que com elle conquistarão a independencia nacional*. Paris: J.P. Aillaud, 1844.

[5] Sobre a obra do beneditino, ele que nunca esteve no Brasil, largamente baseada em textos anteriores, sobretudo o de Diogo Lopes Santiago, José Antônio Gonsalves de Mello declara: "Apontadas as fontes históricas de que se utilizou frei Rafael de Jesus, todas elas já divulgadas pela imprensa, parece-me que ao historiador moderno não há necessidade de recorrer à sua obra, não só por ser preferível ir diretamente às fontes (todas ao nosso alcance), como também para evitar as suas incorreções, tanto mais de temer se se não tem à mão os textos com que as averiguar". MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Estudos pernambucanos*. 2ª edição. Recife: CEPE, 1986, p. 133.

distância dos palcos atlânticos da metrópole,[6] a desassistência crônica, as soluções tumultuárias, as vantagens materiais dos neerlandeses, embora, como vimos, limitadas e circunstanciais, e suas qualidades como militares e administradores políticos, estes a quem o nobre denomina "ministros da Companhia Ocidental".[7] Em suma, enfatiza como todo o quadro desfavorecia agudamente os portugueses, que, ainda assim, triunfaram sobre o adversário superior, pois, além da inquebrantável fé e da constante defesa da Palavra Católica e dos direitos de Portugal, cultivavam "a ousadia, tão sobeja, que ela por si julgava poder suprir todas essas faltas",[8] num contexto de "guerra voluntária", como caracterizou o conde da Ericeira.

Mesmo com o intuito enaltecedor do valor lusitano, que poderia levar a floreios exagerados e até inventados de seus sucessos, as condições citadas por Manuel de Melo têm, como pôde ser percebido ao longo deste trabalho, correspondência na documentação específica sobre os conflitos, inclusive naquela produzida durante as ocupações do Brasil setentrional e de Angola por figuras participantes e testemunhas da guerra. Em vista de tais condições, contempladas aqui especificamente a partir dos registros em língua portuguesa, podemos endereçar as inquietações inicias da investigação e elencar alguns pontos concernentes aos olhares lusos sobre o invasor e sobre os impactos de suas ocupações. Tais perspectivas são pautadas por experiências de conflito e de convivência em espaços distintos, mas inegavelmente interligados, em circunstâncias quase sempre adversas a todos os europeus ao sul do Equador, bem sintetizadas pelo autor das *Epanaphoras*. Podemos também arrolar, a partir dos mesmos documentos, algumas questões a respeito dos próprios portugueses e de sua condição nas porções do Atlântico disputado, sob o jugo do que chamaram de dois "cativeiros", o hispânico, durante a união dinástica, e o neerlandês. Através do que dissertaram sobre o outro, entrevê-se muito sobre eles mesmos.[9]

Os registros lusos certamente enfatizam características e ações dos batavos tidas como negativas e condenáveis, notadamente a crueldade e a ganância em suas variadas manifestações, atreladas às confissões protestantes. Quase sempre de maneira generalizante, desassociado dos contextos evidentemente belicosos em que foi observado, nos quais as normas de conduta, disciplina e civilidade se afrouxavam, as privações ditavam muitas ações e impulsos imediatos

[6] Geoffrey Parker discorre sobre a inversa proporcionalidade da efetividade de tropas em relação à distância de sua "terra natal", da pátria engajada na contenda que as teria enviado para o combate, entre os séculos XVI e XVII. Cf. PARKER, Geoffrey. *The Army of Flanders and the Spanish Road, 1567-1659*. London; New York: Cambridge University Press, 1972, p. 30.
[7] MELO, Francisco Manuel de. op. cit., 1676, p. 584.
[8] Ibid., p. 602.
[9] Cf. REGO, António da Silva. *A dupla restauração de Angola: 1641-1648.* Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1948, p. 25-31.

afloravam, o fator tirânico é ainda especialmente pareado às barbáries tidas como inerentes aos povos nativos das porções ultramarinas, desconhecedores da Palavra de Deus, e associado, destarte, à ideia de desumanidade. Mas a documentação também aponta traços positivos, ou, ao menos, dignos de comentários elogiosos e até admirados, em síntese, o louvor, em determinados momentos e, por vezes, com finalidades retóricas, às qualidades militares dos setentrionais, a superioridade material e, sobretudo, a organização, a diligência e a disciplina; porte e vigor corporais notáveis; a observação e a garantia – nem sempre constantes – dos direitos dos portugueses enquanto governados por agentes da WIC; demonstrações, ainda que esparsas, de confiabilidade; e até a devoção aparentemente exemplar de fiéis da Igreja Reformada, mostrando-se melhores cristãos que os católicos. Impressões reunidas como saldos mais evidentes de uma coexistência permeada por fatores distanciadores e convergentes, que assistiu não só à oposição, mas também a cooperações de natureza comercial e política – quase nunca em posições de igualdade entre as partes, é verdade –, à concomitância de devoções distintas, vistas como rivais e mutuamente intoleráveis, e a relações cotidianas que transpunham fronteiras culturais e que iam da sociabilidade comezinha, cultivada nas ruas e nos mercados, nos balcões das tabernas e nas mesas domésticas, à construção de vínculos de amizade e à celebração de casamentos entre gentes de costumes e, sobretudo, de crenças diferentes.

Retomando alguns pontos levantados na introdução deste estudo, a maior parte das análises do período de ocupação neerlandesa no Brasil, além de costumeiramente tratarem os espaços africanos como meros polos de obtenção e despacho de cativos para as Américas, incorrem, por vezes, em leituras e interpretações deveras condicionadas por rótulos e categorias sociais relativamente bem definidos. Estatutos como nacionalidade, religião e posição social ou política que informam, com certo respaldo documental, é verdade, haja vista que são assim amiúde utilizados por coetâneos, tendências de pensamento e ação, coletivas ou individuais, mas que acabam mobilizados de maneira que o comportamento dos agentes no período tende a ser padronizado e as detectadas variâncias de conduta, quando percebidas, são dispensadas diante de ocorrências reincidentes e majoritárias. Passar ao largo da variância e desmerecê-la como exceção invalidada pelo padrão tende a resultar numa miopia diante de nuances informativas. E negligenciar tais nuances, no caso deste trabalho, minaria a percepção das possibilidades de ação e a ponderação sobre os fatores que permitiram e as motivações que levaram a decisões, posturas e atitudes destoantes, no plano individual e mesmo na contemplação mais abrangente dos panoramas locais, inseridos numa dinâmica ampla que envolvia partes diferentes do mundo povoadas pelos mesmos agentes. Essa negligência minaria, pois, a percepção de complexidades. Dito de outro modo, tratar lusos ou setentrionais como

massas relativamente homogêneas, que tomavam decisões, se comportavam, percebiam e emitiam juízos sobre aqueles ambientes e suas populações de maneiras predominantemente previsíveis e com certa regularidade a partir desses predicados condicionantes, acarretaria o empobrecimento da análise dos quadros sociais peculiares aos espaços disputados e partilhados por neerlandeses e lusitanos no Atlântico Sul.

Percebeu-se que os indivíduos eram movidos por razões variadas e muitas vezes localmente determinadas. E isso se deveu a alguns fatores e motivações, como as distâncias entre os palcos atlânticos e as nações envolvidas na contenda, berços de valores, leis e instituições estruturantes, uma longitude que contribuía para erodir, ao sul do Equador, a força de normas que ali deveriam seguir a mesma lógica daquelas vigentes nas sociedades europeias. Também as possibilidades restritas de escolha disponíveis para os indivíduos nos trópicos, que opunham, muitas vezes, a sobrevivência aos votos de lealdade à Fé e à Pátria. As precariedades do cotidiano que tornavam imprescindíveis a adaptação de costumes, a exemplo da alimentação, da indumentária, da acomodação e da remediação; a adequação de práticas bélicas, como a estruturação de defesas, a articulação das estratégias de combate, os armamentos e seus usos, a celebração de alianças etc.; e a flexibilização de preceitos e ideias sobre si e sobre o outro. Transigências em nome da autopreservação, que também estimularam a defesa de interesses pessoais e, naqueles cenários modificados pela presença do invasor, a busca da prosperidade, a despeito de vassalagens anteriores.

Houve, pois, como anunciado, certa autonomização dos atores alocados em teatros distantes dos centros e das instituições que corporificavam as lógicas que, esperava-se, deveriam reger aqueles espaços e seus habitantes. Atores que eram sensivelmente acometidos por necessidades, medos e anseios imediatos que pautaram medidas e ações que discordavam, muitas vezes, dos planos e das ordens das respectivas autoridades metropolitanas. Já estavam as colônias lusas, afinal, desde antes das invasões, além de precariamente estruturadas do ponto de vista defensivo, desprovidas de agentes que deveriam zelar pelo "credo oficial", o que dava espaço para moderada liberdade de ação,[10] um diagnóstico sobre as coisas da fé facilmente estendido a matérias de autoridade política. As arribadas dos estrangeiros tiveram repercussões específicas, em diferentes níveis, mas um de seus principais efeitos foi ressaltar problemas antecedentes nos territórios lusos e entre seus habitantes: rarearam ainda mais a influência régia; e escancararam a deficiência estrutural e também institucional, política e religiosa, no Atlântico

[10] GARCIA, Rodolfo. Livro das Denunciações que se fizerão na Visitação do Santo Officio á Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil, no anno de 1618. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. XLIX, 1927, p. 78.

meridional, efeito que só pôde suscitar tentativas e medidas efetivas de reparação depois de 1640 – basta lembrar de como a Bahia permaneceu frágil mesmo depois dos sucessivos assédios de Piet Heyn –, na medida em que Coroa portuguesa se reinseria no palco diplomático europeu e se voltava prioritariamente para as possessões ultramarinas acometidas durante a união dinástica das nações ibéricas. Mas as ocupações não garantiram grande influência metropolitana dos Países Baixos, através de sua Companhia das Índias Ocidentais, sobre as porções conquistadas. De modo que as dinâmicas desenvolvidas nos palcos disputados na América portuguesa e na África Ocidental construíram cenários em que as regras emanadas do Velho Mundo parecem ter sido, no cotidiano, seguidas somente quando necessárias ou quando convenientes. Vê-se força institucional quando as instituições não eram inteiramente deferentes aos desígnios metropolitanos, tendo se adaptado às peculiaridades locais das ocupações, dos seus habitantes e das dinâmicas que envolviam a troca de bens – daí as aparentes incongruências entre governantes compatriotas em diferentes pontos do Atlântico, posicionados entre o alinhamento com a metrópole e a aclimatação às suas realidades circunscritas. Os comportamentos dos atores europeus coexistindo no Brasil e em Angola, por sua vez, também parecem ter seguido lógicas peculiares a suas condições e a seus espaços, a despeito do que se esperava deles como portugueses, neerlandeses, mestiços, reinóis, nascidos nas colônias, católicos, protestantes, sacerdotes, leigos, oficiais, administradores, fiscais, mercenários, mercadores, patriotas, degredados, entre outros predicados e posições dos quais se presumiriam condutas e alianças específicas.

Mesmo as mencionadas categorias sociais são reconhecidamente imprecisas à época. As distintas origens e confissões da soldadesca e do oficialato da WIC, cada qual sofrendo em níveis distintos as agruras dos trópicos, potencializadas pela condição quase permanente de conflito e pela desassistência de seus empregadores, mais ou menos dispostos ao cumprimento de suas obrigações contratuais, mais ou menos adeptos da ojeriza à diversidade religiosa, mais ou menos inclinados a tratar com os lusos, contribuíram para experiências múltiplas entre eles.[11] Já os portugueses católicos, enfrentando as dificuldades da vida nos trópicos e as condições peculiares das ocupações, portaram-se também de modos variados. Salvador Correia de Sá e Benevides, em 1655, depois de ter exercido o governo de Angola seguindo a expulsão por ele capitaneada dos neerlandeses de Luanda,[12] identifica retrospectivamente "três gêneros de

[11] MIRANDA, Bruno R. F. *Gente de guerra*: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654). Recife: Editora UFPE, 2014, p. 227-328.
[12] Cf. BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. Coleção Brasiliana, vol. 353. São Paulo: Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1973, p. 276-298.

gente" lusa no Brasil no tempo dos flamengos: "os que se retiraram [do norte acometido] por ordem dos ministros de Vossa Majestade", Filipe IV, depois da capitulação do Arraial do Bom Jesus, entre 1635 e 1637, "os que ficaram com os holandeses e os que o restauraram".[13] Duas inclinações diferentes à obediência, ora ao rei Habsburgo, ora à índole "libertadora" lusitana que se seguiu a restauração monárquica de 1640 – mesmo que, oficialmente, não tenha havido ordens expressas ou apoio declarado de D. João IV para que os luso-brasileiros pegassem em armas contra os batavos[14] –, e um movimento visto como traição, motivado, ao menos segundo as autoridades portuguesas, pelo interesse e pela covardia. Mas a situação dos que permaneceram nas capitanias junto aos holandeses, "pobres moradores" que não estavam "seguros com suas fazendas e móveis assim dos flamengos como dos nossos soldados da campanha [...]", como destaca Diogo Lopes Santiago, já guardava efeito atenuante da aparente deslealdade.[15] Não a justificava, mas configurava uma razão plausível aos contemporâneos do que os teria levado ao seio dos invasores, influenciados, inclusive, depois de anos sofrendo avarias colaterais do conflito, pela violência obtusa perpetrada pelos campanhistas sob as ordens do conde de Bagnuolo, agressão que é relembrada nas correspondências dos insurretos, no *Manifesto dos portugueses de Pernambuco para justificar a tomada de armas contra os holandeses [...]* e nas crônicas posteriores sobre a guerra no Brasil.

Sem recorrer à proposição de cenários hipotéticos, é possível afirmar, a partir do que foi apresentado, que havia nas praças atlânticas coabitadas por portugueses e neerlandeses espaço para novas relações que não a da mera inimizade; relações que aproximavam lusos e setentrionais a despeito dos conhecidos fatores que os diferenciavam e opunham, contanto que as lógicas construídas e respeitadas localmente fossem mutuamente benéficas ou, pelo menos, não prejudiciais aos envolvidos. Mais do que instituições, pois, o jogo social, o conjunto das engrenagens que moviam o todo, era protagonizado por indivíduos, que gozavam de autonomia e que, naquelas paragens, ensaiaram arranjos mutuamente favoráveis, nas várias esferas da vida partilhada. Apesar dos deveres manifestos e requeridos para com suas nações e credos, os planos e as ações da maior parte dos homens desprovidos de funções oficiais e à margem do efetivo escopo fiscalizador e punitivo de instituições metropolitanas reproduzidas no além-mar eram formulados a partir de questões mais urgentes, como interesses particulares e

---

[13] *Apud* MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 3ª edição, definitiva. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 318.
[14] MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil:* Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 41-46.
[15] SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra, por Diogo Lopes de Santiago*. Recife: Fundarpe, 1984, p. 103.

necessidades, muitas delas, como vimos, concernentes à sobrevivência e inerentes aos territórios ultramarinos, ainda muito hostis aos europeus, e agravadas pela guerra. Mesmo que tais atitudes convergissem com o que se esperava de posturas afinadas àquelas instituições, não se deve perder de vista o peso das condições *in loco*.

Ao voltarmo-nos especificamente para os portugueses e seu estado nas colônias durante a primeira metade do século XVII, surgem outras questões, mas que, ainda assim, corroboram as considerações tecidas até aqui. A prontidão ao abandono das praças ao menor sinal de ataque, a abertura dos lusos em determinados momentos a seus algozes batavos, os olhares favoráveis sobre alguns de seus traços e as atuações contrárias a preceitos e diretrizes da Igreja Católica e da Coroa, por exemplo, contrapõem certas ideias generalizantes a exemplo da força do Sebastianismo e de uma espécie de patriotismo inabalável como aglutinadores e sustentáculos fundamentais do "precário" Império Português.[16] Indicam também que as diferenças de fé, assim como as de nacionalidade, não foram plenamente irreconciliáveis, para ambas as partes. E essas ocorrências ainda põem em questão a própria força do catolicismo no Atlântico português. Não como fator fundador de uma visão de mundo, estabelecedor de valores morais essenciais, mas a sua rigidez como código de conduta. Um elemento integrante do diagnóstico luso sobre as causas das invasões neerlandesas restava justamente sobre seu próprio desvio, visto como reincidente e generalizado, de tal código, isto é, do caminho pregado pela Palavra de Deus. Esse transvio é também evidenciado durante as ocupações pela aproximação de católicos das seitas e costumes reformados, pelas conversões, espontâneas ou motivadas pela celebração de matrimônios, e, de modo geral, pelo afastamento do ideário luso, intimamente atrelado à devoção católica. Vale lembrar, inclusive, que, mesmo se prestando, ao lado da Espanha, a bastião da Igreja de Roma diante das religiões "heréticas" nos séculos XVI e XVII, Portugal, seguindo a crise sucessória, havia sido envolvido em disputas exclusivamente concernentes a Castela e as Províncias Unidas, catalisadas, sim, por questões de fé, mas com um forte cerne político, que pouco dizia respeito à Lusitânia, e muito menos aos seus súditos de além-mar.

Os cenários edificados por lusos e batavos durante as ocupações, como é sabido, erodiram. Os fatores que levaram às suas derrocadas, do ponto de vista dos coetâneos portugueses, são explicitados recorrentemente na documentação, e ofuscam os registros de que, naquele breve ínterim de aproximadamente trinta anos, houve espaço para cooperações e para uma coexistência não beligerante, a despeito das diferenças entre as populações. Pode-se dizer

[16] Cf. BOXER, Charles R. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969, p. 354-356.

que, do lado lusitano, a falta de correspondência dos flamengos na confiança tenuamente construída e nos votos de amizade cordial contemplados pelos vários acordos de armistício, no palco diplomático europeu e nas praças atlânticas, selou a inviabilidade de arranjos sócio-políticos não combativos estabelecidos no Brasil e em Angola. O governo de Francisco de Souto Maior na porção africana foi ponto de virada que ressaltou essas incongruências, de modo que a resolução capitaneada por Salvador de Sá em 1648, diante da situação dos lusos que ali encontrou, não poderia ser outra que não a militar. Nas capitanias da América portuguesa, no entanto, a violência sorrateira e comezinha perpetrada pelos agentes da WIC, a subversão de acordos de trégua e de colaboração comercial, a tributação indevida e excessiva, o endividamento massivo de luso-brasileiros com a Companhia para a compra de engenhos e fazendas, que levou a cobranças incisivas e acrescidas de altíssimos juros,[17] além dos frequentes ataques à devoção católica, amargaram o que, graças à relativa autonomia local, eram pequenos ensaios de partilha menos hostil e, por vezes, colaborativa dos mesmos espaços, não balizados primariamente por diretrizes metropolitanas de cunho político ou religioso. Os movimentos que levaram à insurreição no Brasil não se resumem, portanto, a surtos patrióticos ou de defesa da Fé católica, mas sim a condições várias e deveras adversas para os portugueses, insuportáveis, às quais se adaptar era impossível, diante das quais a solução não parecia outra que não a recuperação da soberania dos territórios e a expulsão de seus cruéis credores e rivais "hereges".[18]

Na *Relação da missão da serra da Ibiapaba*, datada de 1660, ao retomar a atuação dos inacianos no Brasil e as influências, positivas e negativas, de variados estrangeiros sobre os povos indígenas da colônia, o padre Antônio Vieira também contempla o período concernente à ocupação neerlandesa e descreve o plural quadro social construído "no Recife de Pernambuco", a "corte e empório de toda aquela Nova Holanda": "havia judeus de Amsterdã, protestantes de Inglaterra, calvinistas de França, luteranos de Alemanha e Suécia, e todas as outras seitas do Norte", formando uma "Babel de erros particulares", marcada por "um ateísmo geral e declarado, em que não se conhecia outro Deus mais que o interesse, nem outra lei mais

[17] MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 3ª edição, definitiva. São Paulo: Editora 34, 2007, p. 317-373.

[18] Coagidos por uma vida de assédios, "não tendo já para que apelar estes tristes moradores, os obrigou sua grande miséria e seu desconsolado cativeiro a olharem para si e verem no triste espetáculo de suas pessoas apagado o brio dos antigos Portugueses", foi imperativo que desembuçassem "o envergonhado valor, que tantos anos havia andava coberto, e amiudados juízos formar total resolução de livrar a pátria de tão forte cativeiro, ou morrer na demanda [...]". CALADO, Manoel. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Volume I. 5ª edição. Recife: CEPE, 2004, 2004, p. 260.

que o apetite [...]".[19] Diante do que foi exposto, é possível estender esse império dos desígnios e ambições individuais, em detrimento de qualquer coletividade ou senso de comunidade motivados por condições partilhadas, a todos, inclusive aos portugueses, que compuseram aqueles cenários no norte do Brasil e as concentrações humanas em Angola. Já havia desagregação e perceptível descompromisso entre a população lusa das colônias antes das invasões batavas, como atestam contemporâneos aqui citados, como Diogo de Campos Moreno, ao afirmar que "cada morador na sua" terra, em Pernambuco, "se tem por rei",[20] e Pedro César de Menezes, que reconhece não haver "nenhuma disciplina e menos obrigações" entre os portugueses de Angola,[21] onde a gente "não tratava mais que de adquirir fazenda".[22] Salvador de Sá alerta D. João IV, ainda em 1643, que deveria enviar sem demora socorros à África Ocidental, sabendo-se já em Portugal do ataque sofrido no arraial do Gango, pois "a gente das conquistas não é de muitas obrigações, e a tardança pode ser de muito prejuízo".[23] O confronto da desobrigação e da falta de unidade com a hostilidade dos neerlandeses também não serviu de todo para que os lusos se amalgamassem contra o invasor, o que fica claro pelos que desertaram as resistências ou que permaneceram nas terras ocupadas pelos setentrionais, aderindo, no caso do Brasil, ao regime da WIC. Pode-se, pois, concluir que a força diminuta das instituições regentes do mundo luso implementadas no Atlântico, minada ainda mais pelas invasões, permitiu a exacerbação de desígnios particulares e ampliou o papel desempenhado pelas necessidades e receios imediatos como bússolas das condutas dos súditos das Coroas ibéricas. As próprias deficiências normativas e estruturais da Companhia das Índias Ocidentais e dos Estados Gerais, por sua vez, não permitiram que suas instituições e regras fossem implementadas de maneira eficiente nas conquistas. E assim reinou o império do interesse e da conveniência entre os homens.

Mesmo que de maneira "unilateral", isto é, exclusivamente a partir de perspectivas lusófonas, contemplados esses contextos e os peculiares e complexos quadros sociais deles

---

[19] VIEIRA, Antônio. "Relação da missão da serra da Ibiapaba, escrita pelo P. Antônio Vieira e tirada do seu mesmo original". *In:* VIEIRA, Antônio. *Vozes Saudosas, da eloquencia, do espirito, do zelo e eminente sabedoria do Padre Antonio Vieira da Companhia de Jesus [...]*. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1736, p. 15, 16.

[20] MORENO, Diogo de Campos. Relação das praças-fortes, povoações e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, vol. LVII, 1984, p. 202.

[21] MENEZES, Pedro César de. "Carta do governador de Angola a El Rei de Portugal (9-3-1643)". *In:* BRÁSIO, António (org.). *Monumenta Missionaria Africana*: África Ocidental. Vol. IX. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1960, p. 28.

[22] "Relação da conquista de Angola e S. Tomé pelas forças holandesas (1641)". *In:* BRÁSIO, António (org.). op. cit., vol. VIII, 1960, p. 520.

[23] BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e. "Informação de Salvador Correia de Sá e Benevides acerca da situação de Angola. Évora, 21 de outubro de 1643". *In:* NORTON, Luís. *A Dinastia dos Sás no Brasil*: a fundação do Rio de Janeiro e a Restauração de Angola. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1965, p. 199.

resultantes, povoados por lusos e batavos que não se resumiam às e nem eram puramente orientados por suas origens e crenças, observa-se um gradiente muito variado de atores, relações e comportamentos, assim como de juízos que um emitiu e propagou sobre o outro. Já o maniqueísmo pintado pelas grandes narrativas coetâneas e as imediatamente posteriores a 1654, de longeva duração na memória coletiva e na apreciação de estudiosos sobre o período, quando observado através da documentação, perde muito de sua força.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentação principal

Manuscritos

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre as cartas do capitão Manoel de Queirós de Siqueira e do capuchinho francês, frei Sirilio, em nome dos mestres-de-campo e moradores [...]. Lisboa, 8 de julho de 1647. AHU_ACL_CU_015, Cx. 5, D. 357.

REQUERIMENTO do mestre-de-campo e general do exército da capitania de Pernambuco, D. Luís de Rojas y Borja, ao rei [D. Filipe III], pedindo que se envie com a armada, médicos, cirurgiões e medicamentos para a montagem de um hospital para socorrer os feridos na capitania de Pernambuco. Madri, 10 de maio de 1635. AHU_ACL_CU_015, Cx. 3, D. 175.

REQUERIMENTO do mestre-de-campo e general do exército da capitania de Pernambuco, D. Luís de Rojas [y Borja], à regente, [duquesa de Mântua, D. Margarida de Sabóia], pedindo que se troque os soldados sem experiência que leva para guerra da dita capitania, pelos antigos soldados que se encontram na Bahia. Madri, 15 de maio de 1635. AHU_ACL_CU_015, Cx. 3, D. 177.

REQUERIMENTO do médico do Arraial da capitania de Pernambuco, Manoel Fernandes de Figueiredo, ao rei [D. Filipe III], pedindo pagamento dos soldos atrasados, em satisfação dos seus serviços na guerra contra os holandeses. Pernambuco, 4 de dezembro de 1636. AHU_ACL_CU_015, Cx. 3, D. 252.

Impressos

ALBUQUERQUE, Matias de. "Carta de Matias de Albuquerque ao Conde de Castro, sobre negócios do Brasil – Lisboa, 3 de abril de 1628"; "Informação de Matias de Albuquerque, sobre a 'diminuição dos frutos do Brasil' – Madrid, 29 de dezembro de 1627"; "Informação de Matias de Albuquerque sobre as 'Capitanias do Brasil e do que contêm, rendem e despendem' – Lisboa, 1628". *In:* VIANNA, Hélio. *Estudos de História Colonial*. Coleção Brasiliana, volume 261. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948, p. 240-251.

ARAGÃO, Baltasar Rebelo de. "Terras e minas africanas segundo Baltasar Rebelo de Aragão". *In:* CORDEIRO, Luciano (org.). *Questões histórico-coloniais*. Volume I. Lisboa: Ministério das Colônias, 1935, p. 214-244.

ARAUJO, João Salgado de. *Successos militares das armas portuguezas em suas fronteiras depois da real acclamação contra Castella*. Livro quinto. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1644.

BRÁSIO, Antônio (org.). *Monumenta Missionaria Africana*: África Ocidental. Primeira série. Vol. V-X. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955-1965.

CADORNEGA, António de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas:* 1680. Por António de Oliveira Cadornega; anotado e corrigido por José Matias Delgado. 3 volumes. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972.

CALADO, Manoel. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. 2 volumes. 5ª edição. Recife: CEPE, 2004.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil*. Coleção Recife, volume XII. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

CORREA, Simão. *Sermam na procissam de graças que a muito nobre villa de Villa Real fez pella restauração da cidade do Salvador da Bahia. Pregou o Padre Frey Simão Correa Religioso da Ordem dos Pregadores, & natural da dita Villa em dia da gloriosa Assumpção da Virgem S. N. a 15 de Agosto anno de 625*. Lisboa: Geraldo da Vinha, 1625.

COSTA, Bernardo Jozé da. Canal cuja construção foi iniciada em 1641/48 pelos holandeses, para conduzir água do rio Cuanza, até Luanda (1819). AHU_CARTm_ANGOLA, D. 294 e 295.

CRUZ, Luiz Félix. Manifesto das hostilidades que a gente que serve a Companhia Ocidental de Holanda obrou contra os vassalos d'El Rei de Portugal neste reino de Angola, debaixo das tréguas que obrigaram ao General Salvador Correa de Sá e Benevides a desalojar estes soldados holandeses dele, sendo mandado a esta Costa por Sua Majestade a diferente fim. *Boletim da Classe de Letras (da Academia de Sciencias de Lisboa):* actas e pareceres, estudos documentos e notícias. Volume XIII, 1918-9. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, p. 43-76.

DASCENÇÃO, Gaspar. *Sermam que pregou o padre frey Gaspar Dascenção da Ordem dos Pregadores na Sé da Bahia de todos os Santos na cidade do Saluador. Na primeira missa que se disse quando se derão as primeiras graças publicas, entrada a Cidade pela vitoria alcançada dos Olandeses a 5 de Mayo de 1625*. Lisboa: Geraldo da Vinha, 1625.

DOCUMENTOS históricos: patentes, provisões e alvarás (1625-1631); (1631-1637); (1637-1639). Volumes XV, XVI e XVII da série e XIII, XIV e XV dos Docs. da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Typographia Monroe, 1930.

DOCUMENTOS históricos do Arquivo Municipal. Atas da Câmara, 1625-1641. 1º volume. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1944.

DOCUMENTOS pela maior parte em português sobre vários assuntos. *Revista do Instituto Archeológico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 33, 34 e 35, 1887-8.

ERICEIRA, Luís de Meneses, Conde da. *História de Portugal Restaurado*. Volumes I e II. Porto: Civilização, 1945.

FERREIRA, Gaspar Dias. Cartas e pareceres de Gaspar Dias Ferreira. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 31, 1886, p. 323-352.

FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia:* história da guerra brasílica. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

_____. "Relação de Francisco de Brito Freire (Recife, 29 de janeiro de 1654)". *In:* MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). *Testamento do general Francisco Barreto de Menezes; A cartografia holandesa do Recife; A rendição dos holandeses no Recife (1654)*. Recife: CEPE, 2017, p. 329-343.

GUERREIRO, Bartolomeu. “Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal”. *In:* GALINDO, Marcos (org.). *Episódios Baianos*: documentos para a história do período holandês na Bahia. Recife: NÉCTAR, 2010, p. 37-225.

JESUS, Raphael de. *Castrioto Lusitano, ou Historia da guerra entre o Brazil e a Hollanda, durante os annos de 1624 a 1654, terminada pela gloriosa restauração de Pernambuco e das capitanias confinantes: obra em que se descrevem os heroicos feitos do illustre João Fernandes Vieira, e dos valorosos capitães que com elle conquistarão a independencia nacional*. Paris: J.P. Aillaud, 1844.

MAURO, Frédéric (org.). *Le Brésil au XVIIe siècle*. Documents inédits relatifs à l’Atlantique portugais. Coimbra: [s.n.], 1961.

MELO, Francisco Manuel de. *Epanaphoras de varia historia portuguesa*. Lisboa: D. Antônio Craesbeeck de Mello, Impressor de S. Alteza, 1676.

MENEZES, Manuel de. Recuperação da cidade do Salvador escripta por D. Manuel de Menezes, chronista-mor e chrosmographo de Sua Magestade e capitão geral da armada de Portugal naquela empresa. *Revista trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXII. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de J. M. N. Garcia, 1859, p. 357-633.

MONTALVÃO, Jorge de Mascarenhas, marquês de. *Cartas que escreveo o Marquez de Montalvam sendo ViceRey do Estado do Brasil, ao Conde de Nassau, que governava as armas de Pernambuco dandolhe aviso da feliz aclamação de sua Magestade oo Senhor rey Dõ João o IV nestes seus Reynos de Portugal, e resposta do Conde de Nassau*. Lisboa: Officina de Domingos Lopes Rosa, 1642.

MORENO, Diogo de Campos. Relação das praças-fortes, povoações e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, vol. LVII, 1984, p. 185-244.

NOVINSKY, Anita. Uma devassa do Bispo Dom Pedro da Silva, 1635-1637. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, n. XXII, 1968, p. 215-285.

OLIVEIRA, Eduardo Freire (org.). *Elementos para a história do município de Lisboa*. 1ª parte, tomo III. Lisboa: Typographia Universal, 1887.

PAPEIS concernentes a Gaspar Dias Ferreira. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 32, abr. 1887, p. 73-120.

RELAÇAM verdadeira e breve da tomada da villa de Olinda, e lugar do Recife na costa do Brazil pellos rebeldes de Olanda, tirada de huma carta que escreveo hum Religioso de muyta authoridade, & foy testemunha de vista de quasi todo o socedido: & assi o affirma, & jura; & do mais que depois disso socedeo té os dezoito de Abril deste prezente, & fatal anno de 1630. *Annaes da Bibliotheca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. XX, 1898, p. 125-132.

SALVADO, João Paulo; MIRANDA, Susana Münch (org.). *Livro 1º do Governo do Brasil*. 2ª edição. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil (1500-1627).* 5ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra, por Diogo Lopes de Santiago*. Recife: Fundarpe, 1984.

SILVA, José Justino de Andrade e (org.). *Collecção chronologica da legislação portugueza*, 1627-1633. Lisboa: Imprensa de F. X. de Souza, 1855.

SOUSA, Antônio da Silva e. Relação do Dr. Antônio da Silva e Sousa sobre a rebelião de Pernambuco (1645). *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. LVII, 1939, p. 84-109.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descriptivo do Brasil em 1587*. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

TEENSMA, B. N. (org.). *Brasil holandês.* Volume I: Dois Manuscritos Portugueses sobre a Conquista Neerlandesa – 1624 e Reconquista Luso-Espanhola – 1625 de Salvador da Bahia no Brasil. Rio de Janeiro: Index, 1999.

UMA negociação diplomática: exposição do que se passou na negociação entabolada para o fim de se dar quartel e cessar a queima dos engenhos e das cannas (1640). *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 35, abr. 1888, p. 53-77.

VIEIRA, Antônio. *Cartas*. Volumes I e III. Organização e notas de João Lúcio de Azevedo. São Paulo: Globo, 2008.

_____. *Vozes Saudosas, da eloquencia, do espirito, do zelo e eminente sabedoria do Padre Antonio Vieira da Companhia de Jesus, Pregador de Sua Magestade, e Príncip dos Oradores Evangelicos*. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1736.

_____. "Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as da Holanda pregado na Igreja de N. S. da Ajuda, da cidade da Baía, com Santíssimo Sacramento exposto, sendo este último de quinze dias, nos quais em todas as igrejas da mesma cidade se tinham feito sucessivamente as mesmas deprecações no ano de 1640". *In:* VIEIRA, Antônio. *Obras escolhidas*. Volume X, Sermões (I). Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1954, p. 42-79.

VIEIRA, João Fernandes. Testamento de João Fernandes Vieira. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 25, out. 1869, p. 18-32.

VILHASANTI, Pedro Cadena de. *Relação diária do cêrco da Baía de 1638*. Colecção dos Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1941.

Documentos complementares

ADVYS op de Presentatie van Portugael. Het tweede Deel [...]. *s.l.*: Jaer ons Heeren, 1648.

ALDENBURGK, Johann Gregor. *Relação da conquista e perda da cidade do Salvador pelos holandeses em 1624-1625*. Coleção Brasiliensia Documenta, volume primeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961.

BAERS, Joannes. *Olinda Conquistada*. Recife: CEPE, 2004.

BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes*. Edições do Senado Federal, vol. 43. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1721.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Edições do Senado Federal, vol. 134. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

CAMINHA, Pêro Vaz de. "Carta de Pêro Vaz de Caminha a D. Manuel". *In:* CINTRA, Assis (org.). *Nossa primeira História*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 1922, p. 13-38.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gentes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1925.

CARVALHO, Alfredo de. O corsário Paulus van Caarden na Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, vol. XVI, n. 35, 1909, p. 41-66.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho de; VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho (org.). *Coleção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil*. 1ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2019.

GARCIA, Rodolfo (org.). *Documentos holandeses*. 1º volume. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, 1945.

_____. Livro das Denunciações que se fizerão na Visitação do Santo Officio á Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil, no anno de 1618. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. XLIX, 1927, p. 75-96.

GROOT, Hugo de. *Inleiding tot de Hollandsche rechts-geleertheid*. Deel I. Arnhem: S. Gouda Quint., 1910.

LAET, Johannes de. Historia ou Annaes dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o seu começo até ao fim do anno de 1636 por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, vol. XXX-XLII, 1908-1920.

MAGALHÃES, Pablo A. I.; XAVIER, Lucia F. W. O Estado do Brasil na aurora do século XVII. Uma carta inédita do governador-geral Diogo Botelho (Olinda, 1602). *Revista de Estudios Brasileños*, Salamanca, vol. 6, n. 13, 2019, p. 49-69.

MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). *Fontes para a história do Brasil holandês*. 2 volumes. 2ª edição. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.

MOERBEECK, Jan Andries. "Motivos porque a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao rei da Espanha a terra do Brasil" (1623). *In:* RODRIGUES, José Honório (org.). *Documentos Históricos*: os holandeses no Brasil. Vol. I. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e Álcool, 1942, p. 27-43.

MORAES, A. J. de Mello (org.). *Corographia historica, chronographica, genealogica, nobiliaria e politica do Imperio do Brasil*. Tomo IV. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1862.

O MACHADÃO do Brasil ou Diálogo sobre a decadência do Brasil, entre Kees Jansz Schott, recemchegado d'aquelle paiz, e Jan Maet, caixeiro de negocinte, que também alli esteve com aquelle. Anno do Nosso Senhor de 1647. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, vol. XIII, 1908, p. 125-170.

OTTSSEN, Heinrich. *Corto y verídico relato de la desgraciada navegación de un buque de Amsterdam llamado el Mundo de Plata, el cual después de reconocer la costa de Guinea fue separado de su almirante por el temporal, y después de muchos peligros cayó finalmente en manos de los portugueses en la Bahía de Todos los Santos, donde fue completamente saqueado y destruido. Ocurrido desde el año de 1598 hasta el de 1601*. Buenos Aires: Editorial Huarpes, 1945.

PRIMEIRA visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça. Confissões da Bahia 1591-92. São Paulo: Paulo Prado, 1922.

PUDSEY, Cuthbert. *Brasil holandês*. Volume III: Diário de uma estada no Brasil (1629-1640). Organização de Nelson Papavero e Dante Martins Teixeira. Petrópolis: Index, 2000.

RAU, Virgínia; SILVA, Maria Fernanda Gomes da. *Os manuscritos do arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*. Volume I. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1956.

REGIMENTO do govêrno das praças conquistadas ou que forem conquistadas nas Indias Occidentaes, *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 30-31, 1886, p. 289-310.

RICHSHOFFER, Ambrosius. *Diário de um soldado (1629-1632)*. Recife: CEPE, 2004.

RUITERS, Dierick. A tocha da navegação para navegar pelas costas situadas ao sul do Trópico de Câncer, como Brasil, Índias Ocidentais, Guiné e Angola etc. (1623). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 269, 1966, p. 3-84.

SARRACOL, John. "The voiage set out by the right honorable the Earl of Cumberland, in the yeere 1586, intended for the South Sea, but performed no farther then the latitude of 44. deg. To the south of the Equinoctial, written by John Sarracoll Merchant in the same voyage". *In:*

HAKLUYT, Richard. *The Principall Navigations, Voyages, Traffiques and Discoveries of the English Nation*. Edinburgh, Scotland: E. & G. Goldsmid, 1890, p. 204-211.

SCHALKWIJK, Frans L. A Igreja Cristã Reformada no Brasil Holandês. Atas de 1636 a 1648. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, vol. LVIII, 1993, p. 145-284.

_____. O 1º relatório pastoral reformado da América Latina: o "Jurnael" do Rev. Jodocus A. Stetten. *Fides Reformata*, v. VIII, n. 2, 2003, p. 129-142.

SOLER, Vicente J. *Brasil Holandês*, volume III: Dezessete cartas de Vicente Joaquim Soler (1636-1643). Organização de B. N. Teensma. Rio de Janeiro: Index, 1999.fr

TEMPLE, William. *Observations upon the United Provinces of the Netherlands*. Seventh edition, corrected and augmented. London: J. Tonson; A. and J. Churchill, 1705.

VARGAS, Tomás Tamayo de. *Restauracion de la ciudad del Salvador, y Baía de Todos-Sanctos, en la Provincia del Brasil, Por las Armas de Don Philippe IV, El Grande Rei Catholico de las Españas y Indias.* Madrid: Alonso Martin, 1628.

VOYAGES. The Trans-Atlantic Slave Trade Database. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/voyage/database>. Acesso em 11 fev. 2022.

XERIA, Luís de Céspedes. Relación de los sucesos ocorridos durante el viaje que hizo el gobernador del Paraguay don Luis de Céspedes Xeria desde Madrid (España) hasta llegar a la ciudad de La Asuncion del Paraguay. *Annaes do Museu Paulista*, São Paulo, tomo segundo, 1925, p. 15-24.

Estudos e outras obras

ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800).* Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ABREU, Laurinda. O papel das Misericórdias de "lugares de além-mar" na formação do Império português. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. VIII, n. 3, set.-dez. 2001, p. 594-601.

ALBUQUERQUE, Maria Cristina Cavalcanti de. *Príncipe e Corsário:* quase tudo que Gaspar Dias Ferreira escreveu sobre João Maurício de Nassau, o brasileiro. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes:* formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leila Mezan; MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de (org.). *História e Alimentação:* Brasil, séculos XVI-XXI. Belém: Paka-Tatu, 2020.

ÁLVAREZ, Fernando Jesús Bouza. *Portugal no tempo dos Filipes*: política, cultura, representações (1580-1668). Lisboa: Cosmos, 2000.

ANDERSON, Matthew S. *War and Society in Europe of the Old Regime, 1618-1789*. Leicester, UK: Leicester University Press, 1988.

ANGRA, Elisiário Antônio dos Santos, Barão de. *Diccionario Maritimo Brazileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Litographia do Imperial Instituto Artístico, 1877.

BARROS, Sigrid Porto de. As armas que documentam a guerra holandesa. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. X, 1949, p. 11-59.

BEHRENS, Ricardo. *Salvador e a invasão holandesa de 1624-1625*. Salvador: Editora Pontocom, 2013.

BERGER, Paulo; WINZ, Antonio Pimentel; GUEDES, Max Justo. "Incursões de corsários e piratas na costa do Brasil". *In: História naval brasileira*. Vol. I, tomo II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, p. 475-521.

BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998, p. 251-280.

BIRMINGHAM, David. *A conquista portuguesa de Angola*. Porto: A Regra do Jogo, 1965.

BOOGAART, Ernst van den. A well-governed colony: Frans Posts's illustrations in Caspar Barlaeus' History of Dutch Brazil. *The Rijksmuseum Bulletin*, vol. 59, n. 3, 2011, p. 236-271.

_____. The trade between Western Africa and the Atlantic World, 1600-90: estimates of trends in composition and value. *The Journal of African History*, vol. 33, n. 3, 1992, p. 369-385.

BOXER, Charles R. *Dutch merchants and mariners in Asia, 1602-1795*. London: Valorum Reprints, 1988.

_____. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969.

_____. *Os holandeses no Brasil (1624-1654)*. Coleção Brasiliana, volume 312. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

_____. Reflexos da Guerra Pernambucana na Índia Oriental, 1645-1655. *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, Goa, v. 74, 1957, p. 1-36.

_____. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. Coleção Brasiliana, volume 353. São Paulo: Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

_____. "Some reflections on the historiography of Colonial Brazil, 1950-1970". *In:* ALDEN, Dauril (ed.). *Colonial roots of Modern Brazil*. Berkeley, Los Angeles & London, UK: University of California Press, 1973, p. 3-15.

_____. *The Dutch seaborne empire, 1600-1800*. London, UK: Penguin Books, 1990.

BRÁSIO, António. As Misericórdias de Angola. *Studia*, n. 4, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1959, p. 106-149.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII*. Volume I. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CALAINHO, Daniela B. Jesuítas e medicina no Brasil colonial. *Tempo*, Niterói, n. 19, 2005, p. 61-75.

CAMENIETZKI, Carlos Z.; PASTORE, Gianriccardo G. 1625, o Fogo e a Tinta: a batalha de Salvador nos relatos de guerra. *Topoi*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 2005, p. 261-288.

CARNEY, Judith Ann; ROSOMOFF, Richard N. *In the shadow of slavery:* Africa's botanical legacy in the Atlantic world. Los Angeles: University of California Press, 2009.

CARRARA, Angelo Alves. A população do Brasil, 1570-1700: uma revisão historiográfica. *Tempo*, v. 20, 2014, p. 1-21.

CARVALHO, Alfredo de. *Aventuras e aventureiros no Brasil*. Rio de Janeiro: Paulo, Pongetti & C., 1929.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês*. Coleção Documentos Brasileiros, n. 79. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.

_____. *História da Alimentação no Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Global, 2011.

_____. *Prelúdio da cachaça*. São Paulo: Global, 2006.

CHILDS, Gladwyn Murray. The peoples of Angola in the Seventeenth Century according to Cadornega. *The Journal of African History*, v. 1, n. 2, July 1960, p. 271-279.

CLEMENTINO, Kleber. *Gaspar Dias Ferreira, um Iago nos trópicos*. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/historias-da-nova-holanda/gaspar-dias-ferreira-um-iago-nos-tropicos/> Acesso em 07 fev. 2022.

COOK, Harold J. *Matters of exchange*: commerce, medicine and science in the Dutch Golden Age. New Haven; London: Yale University Press, 2007.

CORTESÃO, Jaime. Cartografia portuguesa e cartografia holandesa. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, v. 38, 1943, p. 328-331.

COSTA, Regina de C. R. da. Entre dois Manoéis, Moraes e Calado: libelos contra sacerdotes católicos no Brasil Holandês (1630-1654). *Revista Escritas do Tempo*, v. 1, n. 3, nov. 2019-fev. 2020, p. 97-120.

CRUZ, Miguel Dantas da; RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar. "Instituições, contingentes e culturas militares na monarquia portuguesa (séculos XV-XIX)". *In:* XAVIER, Ângela; PALOMO, Federico; STUMPF, Roberta (org.). *Monarquias Ibéricas em Perspectiva Comparada (Séculos XVII-XVIII):* dinâmicas imperiais e circulação de modelos político administrativos. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, p. 431-478.

CURTO, Diogo Ramada. *Cultura política no tempo do Filipes (1580-1640)*. Lisboa: Edições 70, 2018.

_____. "Do Reino à África: formas dos projetos coloniais para Angola em inícios do século XVII". *In:* FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Sons, formas, cores e movimentos na Modernidade Atlântica:* Europa, Américas e África. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig; PPGH-UFMG, 2008, p. 187-217.

EBBEN, Maurits Alexander. El ataque de Van der Does a Canarias y la expansion neerlandesa a finales del siglo XVI y comienzos del siglo XVII. *In:* MASSIEU, Antonio de Béthencourt (org.). *IV Centenario del ataque de Van der Does a Las Palmas de Gran Canaria (1999)*. Las Palmas, Cabildo de Gran Canaria, 2001, p. 147-156.

EBERT, Christopher. "Dutch trade with Brazil before the Dutch West India Company, 1587-1621". *In:* POSTMA, Johannes; ENTHOVEN, Victor (ed.). *Riches from the Atlantic commerce*: Dutch transatlantic trade and shipping. Leiden, NL; Boston, USA: Brill, 2003, p. 49-76.

ELTIS, David. *The Rise of African Slavery in the Americas*. Cambridge, UK; New York, USA: Cambridge University Press, 2000.

FEITLER, Bruno. Usos políticos del Santo Oficio portugués en el Atlántico (Brasil y África Occidental): el período filipino. *Hispania Sacra*, Madrid, v. 119, 2007, p. 269-291.

FERRÃO, José Eduardo M. *A aventura das plantas e os descobrimentos portugueses*. 2ª edição. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Fundação Berardo, 1993.

_____. Na linha dos descobrimentos dos séculos XV e XVI: Intercâmbio de plantas entre a África Ocidental e a América. *Revista de Ciências Agrárias*, Lisboa, vol. 36, n. 2, 2013, p. 250-269.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Coleção Ditos e Escritos, volume II. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FRAGA, Joana; KRAUSE, Thiago N. *1640:* a Restauração, da História Local à História Global. Lisboa: Público; Tinta-da-China, 2019.

FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria de Fátima Silva. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. *Tempo*, 2009, vol. 14, n. 27, p. 36-50.

_____; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos:* a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico:* comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; HUE, Sheila M. *Piratas no Brasil:* as incríveis histórias dos ladrões dos mares que pilharam nosso litoral. 1ª edição. São Paulo: Editora Globo, 2014.

FRANCO, Renato Júnio. O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 53, jan.-jun. 2014, p. 5-25.

FRANÇOZO, Mariana de Campos. *De Olinda a Holanda*: o gabinete de curiosidades de Nassau. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª edição. São Paulo: Global, 2006.

_____. *Nordeste:* aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7ª edição. São Paulo: Global, 2004.

_____. *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 14ª edição. São Paulo: Global, 2004.

GALINDO, Marcos (org.). *Viver e morrer no Brasil holandês*. Recife: Fundaj; Editora Massangana, 2007.

GOMES, Flávio (org.). *Mocambos de Palmares:* histórias e fontes (séc. XVI-XIX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Maurício de Nassau e o Brasil holandês:* correspondência com os Estados Gerais. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

GREEN, Toby; SOUZA, Cândido E. Domingues de. O contexto holandês-africano: as Províncias Unidas entre África e Brasil, 1600-1650. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, n. 69, 2016, p. 41-86.

GROESEN, Michiel van. Dierick Ruiters's manuscript maps and the birth of the Dutch Republic. *Imago Mundi. The international journal for the History of Cartography*, v. 70, n. 1, 2019, p. 34-50.

_____. Lessons Learned: The Second Dutch Conquest of Brazil and the Memory of the First. *Colonial Latin America Review*. Vol. 20, No. 2, August 2011, p. 167-193.

GURIAN, Gabriel F. *Bebidas e bebedores no Brasil Holandês, 1624-1654*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

_____. "Quebrantados, na ociosidade e na intemperança": devassidão, bebedeira e indisciplina entre os holandeses durante sua conquista de Salvador (1624-1625). *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, v. 6, 2017, p. 229-249.

HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Editora Kilombelombe, 2007.

HERKENHOFF, Paulo (org.). *O Brasil e os holandeses (1630-1654)*. Rio de Janeiro: GMT Editores; Sextante, 1999.

HESPANHA, António Manuel. *Às vésperas do Leviathan:* instituições e poder político, Portugal, séc. XVII. São Paulo: Almedina, 1994.

_____. Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime. *Ler História*, Lisboa, n. 8, 1986, p. 35-60.

HEYWOOD, Linda M. *Jinga de Angola:* a rainha guerreira da África. São Paulo: Todavia, 2017.

HUE, Sheila M. *Delícias do descobrimento:* a gastronomia brasileira no Século XVI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____. Ingleses no Brasil: relatos de viagem, 1526-1608. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, vol. 126, 2006, p. 8-68.

ISRAEL, Jonathan. *Conflicts of Empires:* Spain, the Low Countries and the struggle for world supremacy, 1585-1713. London: The Hambledon Press, 1997.

_____. *The Dutch Republic:* its rise, greatness and fall, 1477-1806. Oxford: Oxford University Press, 1995.

_____; SCHWARTZ, Stuart B. *The Expansion of Tolerance:* religion in Dutch Brazil (1624-1654). Amsterdam: Amsterdam University Press, 2007.

KANANOJA, Kalle. Bioprospecting and European Uses of African Natural Medicine in Early Modern Angola. *Portuguese Studies Review*, n. 23, v. 2, 2015, p. 45-69.

KLOOSTER, Wim. *The Dutch moment:* war, trade, and settlement in the Seventeenth-Century Atlantic World. Ithaca-NY: Cornell University Press, 2016.

KRAUSE, Thiago N. *Em busca da honra:* a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683). São Paulo: Annablume, 2012.

KURY, Lorelai (org.). *Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2013.

LEITE, Serafim. *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil. (1549-1760)*. Lisboa; Rio de Janeiro: Edições Brotéria; Livros de Portugal, 1953.

_____. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomos V e VI. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.

LUCIANI, Fernanda T. *Munícipes e escabinos:* poder local e guerra de restauração no Brasil Holandês (1630-1654). São Paulo: Alameda, 2012.

LUNSFORD, Virginia W. *Piracy and Privateering in the Golden Age Netherlands*. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2005.

MACEDO, José Rivair. Jagas, canibalismo e "guerra preta": os Mbangalas, entre o mito europeu e as realidades sociais da África Central do século XVII. *História (São Paulo)*, Franca, v. 32, n. 1, jan/jun 2013, p. 53-78.

MAESTRI FILHO, Mário José. *A agricultura africana nos séculos XVI e XVII no litoral angolano*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1978.

MAGALHÃES, Pablo A. I. A guerra defensiva na capitania da Bahia (1625-1654). *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, n. 69, 2016, p. 87-161.

_____. *Equus Rusus:* a Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624-1654). Orientadora: Maria Hilda Baqueiro Paraíso. 3 volumes. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

MARCÍLIO, Maria Luiza. "The population of colonial Brazil". *In:* BETHELL, Leslie (ed.). *The Cambridge History of Latin America*. Volume II: Colonial Latin America. Cambridge, UK; New York, USA: Cambridge University Press, 2008, p. 37-63.

MATA, Inocência (org.). *A Rainha Nzinga Mbandi:* história, memória e mito. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

MAURO, Frédéric (org.). *Nova História da Expansão Portuguesa:* o império luso-brasileiro, 1620-1750. Volume VII. 1ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

_____. *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. 2 volumes. Lisboa: Editorial Estampa; Imprensa Universitária, 1989.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Os holandeses na capitania do Rio Grande*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1998.

MEGIANI, Ana Paula Torres. Das palavras e das coisas curiosas: correspondência e escrita na coleção de notícias de Manuel Severim de Faria. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 24-48.

_____; PÉREZ, José Manuel Santos; SILVA, Kalina Vanderlei (org.). *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668):* novas interpretações. São Paulo: Humanitas, 2016.

MELLO, Evaldo Cabral de. "A demissão de Nassau: a crise do Brasil holandês e a relação de forças entre os Estados Gerais e a Companhia das Índias Ocidentais". *In:* TOSTES, Vera Lúcia Bottrel; BENCHETRIT, Sarah Fassa; MAGALHÃES, Aline Montenegro (org.). *A presença holandesa no Brasil:* memória e imaginário. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004, p. 353-376.

_____. *A ferida de Narciso:* ensaio de história regional. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

_____. *Nassau:* governador do Brasil holandês. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *O bagaço da cana:* os engenhos de açúcar do Brasil holandês. 1ª edição. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

_____ (org.). *O Brasil holandês (1630-1654)*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

_____. *O negócio do Brasil:* Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Olinda restaurada*: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 3ª edição, definitiva. São Paulo: Editora 34, 2007.

_____. *Rubro veio:* o imaginário da restauração pernambucana. 3ª edição, revisada. São Paulo: Alameda, 2008.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *D. Antônio Filipe Camarão*: capitão-mor dos índios da costa do nordeste do Brasil. Recife: Universidade do Recife, 1954.

_____. *Estudos pernambucanos*. 2ª edição. Recife: CEPE, 1986.

_____. *Frei Manuel Calado do Salvador:* religioso da Ordem de São Paulo, pregador apostólico por Sua Santidade, cronista da Restauração. Recife: Universidade do Recife, 1954.

_____. *Gente da Nação:* cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1989.

_____. *Henrique Dias*: governador dos pretos, crioulos e mulatos do estado do Brasil. Recife: Universidade do Recife, 1954.

_____. *João Fernandes Vieira:* mestre-de-campo do terço de infantaria de Pernambuco. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Centro de Estudos de História do Atlântico, 2000.

_____. *Tempo dos Flamengos*: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 4ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

MEUWESE, Mark. *Brother in arms, partners in trade:* Dutch-Indigenous alliances in the Atlantic World, 1595-1674. Leiden, NL; Boston, USA: Brill, 2012.

MILLER, Joseph C. Nzinga of Matamba in a New Perspective. *The Journal of African History*, vol. 16, n. 2, 1975, p. 201-216.

MIRANDA, Bruno R. F. "Doentes e incapazes para marchar": vida e morte no exército da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais no Nordeste do Brasil, 1630-1654. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, abr.-jun. 2015, p. 337-353.

_____ *et al.* (org.). *Essa parte tão nobre do corpo da monarquia:* poderes, negócios e sociabilidades em Pernambuco colonial. Séculos XVI-XVIII. Recife: Editora UFPE, 2016.

_____. Fontes e abordagens recentes para a História das Capitanias do Norte: um guia de pesquisa sobre o tempo dos holandeses (1630-1654). *História Unicap*, v. 7, n. 13, jan./jun. 2020, p. 33-55.

_____. *Gente de guerra*: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654). Recife: Editora UFPE, 2014.

_____. *O último motim*. Disponível em: < http://bndigital.bn.gov.br/dossies/historias-da-nova-holanda/o-ultimo-motim/> Acesso em 25 fev. 2022.

MURTEIRA, André. El impacto de la tregua de los doce años en los domínios ultramarinos portugueses. *In:* GARCÍA GARCÍA, Bernardo J.; SANCHEZ, Manuel Herrero; HUGON, Alain (org.). *El arte de la prudencia:* la Tregua de los Doce Años en la Europa de los Pacificadores. Madri: Fundación Carlos de Amberes, 2012, p. 275-293.

NASCIMENTO, Rômulo L. X. do. "'Navegar, sim, comer... pouco': algumas observações acerca da navegação e abastecimento no Brasil holandês". *In:* POSSAMAI, Paulo César (org.). *Conquistar e defender:* Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 157-175.

_____. *O desconforto da governabilidade:* guerra, administração e cotidiano no Brasil holandês (1630-1644). Recife: Editora UFPE, 2020.

_____. *Palmares:* os escravos contra o poder colonial. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2014.

NEME, Mário. *Fórmulas políticas no Brasil Holandês*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro; Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

NETSCHER, Pieter M. *Os holandeses no Brasil*: notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII. Coleção Brasiliana, volume 220. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

NEWSON, Linda A.; MINCHIN, Susie. *From Capture to Sale:* The Portuguese Slave Trade to Spanish South America in the Early Seventeenth Century. Leiden, NL; Boston, USA: Brill, 2007.

NOORLANDER, Danny L. *Heaven's wrath:* the Protestant Reformation and the Dutch West India Company in the Atlantic world. Ithaca: Cornell University Press, 2019.

NORTON, Luiz. *A Dinastia dos Sás no Brasil:* a fundação do Rio de Janeiro e a restauração de Angola. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1965.

NOVINSKY, Anita. A Inquisição na Bahia (Um Relatório de 1632). *Revista de História*, São Paulo, vol. 36, n. 74, 1968, p. 417-423.

ODEGARD, Erik; MONTEIRO, Carolina. Slavery at the Court of the 'Humanist Prince': reexamining Johan Maurits van Nassau-Siegen and his role in slavery, slave trade and slave-smuggling in Dutch Brazil. *Journal of Early American History*, v. 10, n. 1, 2020, p. 3-32.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno:* honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar, 2001.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As Fortalezas e as Defesas de Salvador*. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2008.

OSSWALD, Cristina. "Hábitos alimentares dos jesuítas em Portugal, na Índias e no Brasil (séc. XVI-XVIII)". *In:* FERNANDEZ, Máximo García; SÁ, Isabel dos Guimarães (org.). *Portas adentro*: comer, vestir, habitar (ss. XVI-XIX). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial Universidad de Valladolid, 2010, p. 69-85.

PAPAVERO, Claude G. Alegrias e desventuras do paladar: a alimentação no Brasil holandês. *Revista de Nutrição*, Campinas, vol. 23, no.1, jan./fev. 2010, p. 137-147.

PARAISO, Maria Hilda B.; MAGALHÃES, Pablo A. I. Muros do Recôncavo: a capital da América Portuguesa transferida para aldeamentos jesuíticos (1624-1625). *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, n. 25-2, 2007, p. 9-38.

PARKER, Geoffrey. *The Army of Flanders and the Spanish Road, 1567-1659*. London; New York: Cambridge University Press, 1972.

_____. *The Military Revolution*: military innovation and the rise of the West, 1500-1800. Second edition. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1996.

PEPETELA. *A gloriosa família:* o tempo dos flamengos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PEREIRA, José Hygino Duarte. Conferência. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, n. 30-31, Recife, 1886, p. 7-110.

PEREIRA, José Manuel Malhão (coord.). *Navios, marinheiros e arte de navegar*. Lisboa: Academia da Marinha, 2012.

PICKEL, D. Bento José. *Flora no Nordeste do Brasil segundo Piso e Marcgrave no século XVII*. Recife: EDUFRPE, 2008.

POMBO, Manuel Ruela (ed.). *Diogo-Cão:* revista ilustrada de assuntos históricos angolanos. Lisboa, séries I-IV, 1931-1936.

PONTE, Mark. *Mulheres europeias no Brasil Holandês*. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/historias-da-nova-holanda/mulheres-europeias-no-brasil-holandes/> Acesso em 11 jun. 2021.

PORTER, Roy; VIGARELLO, Georges. "Corpo, saúde e doenças". *In:* CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.). *História do corpo*: da Renascença às Luzes. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 441-486.

POSTMA, Johannes. The dimension of the Dutch slave trade from Western Africa. *The Journal of African History*, vol. 13, n. 2, 1972, p. 237-248.

_____. *The Dutch in the Atlantic slave trade, 1600-1815*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1990.

PRESTAGE, Edgar. *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, de 1640 a 1668*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros:* povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Edusp; Hucitec, 1998.

_____. *A mísera sorte*: a escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648. São Paulo: Hucitec, 1999.

RATELBAND, Klaas. *Os holandeses no Brasil e na Costa Africana: Angola, Kongo e São Tomé (1600-1650)*. Lisboa: Vega, 2003.

REGO, António da Silva. *A dupla restauração de Angola: 1641-1648*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1948.

RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Tomo III, volumes 1 e 2. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1944.

RODRIGUES, José Honório; RIBEIRO, Joaquim. *Civilização holandesa no Brasil*. Coleção Brasiliana, volume 180. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

_____. *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. *Histórias do Atlântico Português*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. *Fidalgos and Philanthropists:* the Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755. London, UK: Macmillan and Co. Ltd., 1968.

_____. Sulcando os mares: um historiador do império português enfrenta a "Atlantic History". *História (São Paulo)*, Franca, v. 28, n. 1, 2009, p. 17-70.

_____. *Um mundo em movimento:* os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808). Algés: Difel, 1998.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *As Misericórdias portuguesas:* séculos XVI a XVIII. 1ª edição. São Paulo: Editora FGV, 2013.

SCHALKWIJK, Frans L. *Igreja e Estado no Brasil holandês 1630-1654.* São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza*: a cultura holandesa na Época de Ouro. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SCHWARCZ, Lilia M. (org.). *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. *All can be saved:* religious tolerance and salvation in the Iberian Atlantic World. New Haven; London: Yale University Press, 2008.

_____. The Voyage of the Vassals: royal power, noble obligations, and merchant capital before the Portuguese Restoration of Independence. *The American Historical Review*. Vol. 96, n. 03, jun. 1991, p. 735-762.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo.* A África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

_____. *Imagens da África:* da Antiguidade ao Século XIX. 1ª edição. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Filipa Ribeiro da. Crossing Empires: Portuguese, Sephardic, and Dutch Business Networks in the Atlantic Slave Trade, 1580-1674. *The Americas*, vol. 68, n. 1, July 2011, p. 7-32.

_____. *Dutch and Portuguese in Western Africa:* empires, merchants and the Atlantic System, 1580-1674. Leiden, NL; Boston, USA: Brill, 2011.

_____. Forms of Cooperation between Dutch-Flemish, Sephardim and Portuguese Private Merchants for the Western African Trade within the Formal Dutch and Iberian Atlantic Empires, 1590-1674. *Portuguese Studies*, vol. 28, n. 2, 2012, p. 159-172.

SILVA, Leonardo D. *Holandeses em Pernambuco, 1630-1654.* 2ª edição. Recife: Caleidoscópio; Instituto Ricardo Brennand, 2011.

SILVA, Marco Antônio Nunes da. *O Brasil holandês nos cadernos do Promotor:* Inquisição de Lisboa, século XVII. Orientador: Nachman Falbel. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz; Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SLUITER, Engel. Dutch maritime power and the colonial status quo. *Pacific Historical Review*. Vol. 11, n. 1, mar. 1942, p. 29-41.

_____. Os holandeses no Brasil antes de 1621. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, vol. XLVI, 1967, p. 187-207.

STOLS, Eddy. Os mercadores flamengos em Portugal e no Brasil antes das conquistas holandesas. *Anais de História*, Assis, n. 5, 1941, p. 9-53.

STRAATEN, Harald S. van der. *Brasil*: um destino. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

SUTTON, Elizabeth. *Capitalism and Cartography in the Dutch Golden Age*. Chicago; London: University of Chicago Press, 2015.

TAUNAY, Afonso de. *Na era das bandeiras*. 2ª edição. São Paulo: Editora Comp. Melhoramentos de São Paulo, 1922.

THORNTON, John K. *Africa and Africans in the making of the Atlantic world, 1400-1680*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1992.

_____. Legitimacy and Political Power: Queen Njinga, 1624-1663. *The Journal of African History*, vol. 32, n. 1, 1991, p. 25-40.

_____. The Art of War in Angola, 1575-1680. *Comparative Studies in Society and History*, vol. 30, n. 2, Apr.1988, p. 360-378.

_____. *Warfare in Atlantic Africa, 1500-1800*. London: UCL Press, 2003.

TORRES, João C. F. C. de Castelo Branco e. *Memorias contendo a biographia de Vice Admirante Luiz da Motta Feo e Torres. A Historia dos Governadores e Capitaens Generaes de Angola, desde 1575 até 1825*. Paris: Fantin, 1825.

VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém colonial:* judeus portugueses no Brasil holandês. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. O plano para o bom governo dos índios: um jesuíta à serviço da evangelização calvinista no Brasil Holandês. *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, n. 27-2, 2009, p. 145-162.

_____. *Traição:* um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1872.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4ª edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2014.

VILARDAGA, José Carlos. O morador, o estante e o proibido: flamengos em São Paulo no contexto da Monarquia Hispânica (1580-1640). *Tempo*, Niterói, v. 28, n. 2, 2022, p. 183-201.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. *As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677-1808)*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2017.

WÄTJEN, Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*: um capítulo na história colonial do século XVII. Recife: CEPE, 2004.

WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WHITE, Lorraine. Dom Jorge Mascarenhas, Marques de Montalvão (1579?-1652) and changing traditions of service in Portugal and the Portuguese Empire. *Portuguese Studies Review*, 12 (2), 2004-5, p. 63-83.

WIZNITZER, Arnold. *Os judeus no Brasil colonial*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

_____. The number of Jews in Dutch Brazil (1630-1654). *Jewish Social Studies*, vol. 16. n. 2, apr. 1954, p. 107-114.

XAVIER, Lucia F. W. *Sociabilidade no Brasil neerlandês (1630-1654)*. Orientador: Maarten Jansen. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de Leiden. Leiden, 2018.

ZUMTHOR, Paul. *A Holanda no tempo de Rembrandt*. São Paulo: Companhia das Letras; Círculo do Livro, 1989.

APÊNDICES

APÊNDICE I – Estruturas administrativas e governantes pertinentes

REIS DE PORTUGAL		
Dinastia de Habsburgo		
Monarca	**Início do governo**	**Término do governo**
Filipe I (II de Espanha)	1580	1598
Filipe II (III de Espanha)	1598	1621
Filipe III (IV de Espanha)	1621	1640
Dinastia de Bragança		
Dom João IV	1640	1656
Dom Afonso VI	1656	1667 (deposto)
Dom Pedro II	1667 (regência); 1683 (coroação)	1706

VICE-REIS DE PORTUGAL DURANTE O REINADO DE FILIPE III		
Governante	**Início**	**Término**
D. Martim Afonso Mexia, Diogo de Castro e Nuno Álvares, junta governativa	1621	1623
Diogo de Castro, D. Afonso Furtado de Mendonça e Diogo da Silva, junta governativa	1623	1631
António de Ataíde e Nuno de Mendonça, junta governativa	1631	1632
Nuno de Mendonça	1632	1633
D. João Manuel de Ataíde	1633	1633
Diogo de Castro	1633	1634
Margarida de Saboia	1634	1640

GOVERNADORES DA AMÉRICA PORTUGUESA		
Governante	**Início**	**Término**
Antônio Barreiros, Cristóvão de Barros, António Coelho de Aguiar, junta governativa	1587	1591
Francisco de Sousa, governador-geral	1592	1602
Álvaro de Carvalho, interino	1598	1598

Diogo Botelho, governador-geral	1602	1607
Diogo de Meneses e Sequeira, governador-geral	1608	1612
Gaspar de Sousa, governador-geral	1613	1617
Luís de Sousa, governador-geral	1617	1621
Diogo de Mendonça Furtado, governador-geral	1621	1624
Matias de Albuquerque, governador interino	1624	1625
Francisco de Moura Rolim, governador-geral	1625	1626
Diogo Luís de Oliveira, governador-geral	1626	1635
Pedro da Silva, governador-geral	1635	1639
Fernando de Mascarenhas, governador-geral	1639	1639
Vasco de Mascarenhas, governador interino	1639	1640
Jorge de Mascarenhas, vice-rei	1640	1641
D. Pedro da Silva Sampaio, Luís Barbalho Bezerra e Lourenço de Brito Correia, junta governativa	1641	1642
Antônio Teles da Silva, governador-geral	1642	1647
Antônio Teles de Meneses, governador-geral	1647	1650
João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, governador-geral	1650	1654
Jerônimo de Ataíde, governador-geral	1654	1657
Francisco Barreto de Menezes, governador-geral	1657	1663

GOVERNADORES IBÉRICOS DE PERNAMBUCO

Governante	Início	Término
Matias de Albuquerque, governador e lugar-tenente	1620	1624
André Dias da Franca, governador e lugar-tenente	1624	1629

Matias de Albuquerque, governador e capitão-general	1629	1635
D. Luís de Rojas y Borja, governador e capitão-general	1635	1636
Giovanni Vincenzo di San Felice, governador e capitão-general	1636	1637
Interregno neerlandês	1637	1654
Francisco Barreto de Menezes, governador e capitão-general	1654	1657
André Vidal de Negreiros, governador e capitão-general	1657	1661
Francisco de Brito Freire, governador e capitão-general	1661	1664

GOVERNADORES PORTUGUESES DE ANGOLA		
Governante	**Início**	**Término**
D. Simão Mascarenhas	1623	1624
Fernão de Sousa	1624	1630
Manuel Pereira Coutinho	1630	1635
Francisco de Vasconcelos da Cunha	1635	1639
Pedro César de Menezes	1639	1645
Antônio Abreu de Miranda, interino	1643	1644
Francisco de Souto Maior	1645	1646
Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, Antônio Teixeira de Mendonça e João Juzarte de Andrade, junta governativa	1646	1648
Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha	1648	1648
Salvador Correia de Sá e Benevides	1648	1651
Rodrigo de Miranda Henriques	1652	1653
Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, interino	1653	1654
Luís Martins de Sousa Chichorro	1654	1658
João Fernandes Vieira	1658	1661
André Vidal de Negreiros	1661	1666

CÚPULAS GOVERNATIVAS NEERLANDESAS NO BRASIL		
Modelo	**Início**	**Término**
Governo militar, Bahia	1624	1625
Conselho Político, Pernambuco	1630	1637
Alto e Secreto Conselho e João Maurício de Nassau, Pernambuco	1637	1644
Alto e Secreto Conselho, trio de conselheiros, Pernambuco	1644	1646
Alto Governo, Pernambuco	1646	1654

Governo militar: Seguiu a hierarquia das forças terrestres que tomaram Salvador, com o coronel, oficial mais graduado, detendo também o título de governador da conquista.

- *Governadores*: Johan van Dorth; Allert Schouten; Willem Schouten.

Conselho Político: Colegiado que previa nove integrantes, mas que teve um máximo de cinco conselheiros simultâneos, numa composição que variou bastante. Partilhando funções com um governador – inicialmente um militar –, foi encarregado da administração da ocupação no Brasil entre 1630 e 1637, até vigorar um novo regimento emitido pela WIC sobre o governo das conquistas nas Índias Ocidentais, que previa a implementação do Alto e Secreto Conselho e o rebaixamento do Político a colegiado judicial.

- *Conselheiros empossados até 1637:* Johan de Bruyne; Horatius Calandrijn; Servaes Carpentier; Ipo Eysens; Pieter van der Hagen; Elias Herckmans; Cornelis Adriaensz Jongknecht; Johan Robbertsz Alma; Hendrick Schilt; Willem Schott; Paulus Serooskercke; Jacob Stachouwer; Abraham Struys; Johannes van Walbeeck; Balthasar Wijntgis.
- *Conselheiros posteriores:* Daniel Alberti; Jan Alewijn; Jacob Alrichs; Johan Bodecher Banning; Pieter Jansen Bas; Adriaen Becker; Sebastien van Hoogeveen; Paulus de Linge; Pieter Moortamer; Hendrick de Moucheron; Cornelis Nieulant; Nuno Olpherdi; Johan van Raesvelt; Baltasar van de Voorde; Gisbert de With.

Alto e Secreto Conselho: Formado por três membros titulares e um assessor, foi encarregado da administração a partir de 1637, liderado pelo conde João Maurício de Nassau, governador que detinha poderes civis e o posto de capitão e almirante general. O Conselho ainda continuou autonomamente a gestão da conquista por cerca de dois anos após o regresso de João Maurício às Províncias Unidas, em 1644, na forma de um triunvirato, composto por Adriaen van Bullestrate, Hendrik Hamel e Dirck Codde van der Burgh – que faleceu poucos meses após a partida do conde, sendo substituído por Pieter Jansen Bas.

- *Conselheiros:* Pieter Jansen Bas; Henrick Brouwer; Adriaen van Bullestrate; Dirck Codde van der Burgh; Mathias van Ceulen; Adriaen van der Dussen; Johan Ghijselin; Hendrik Hamel.
- *Assessores:* Servaes Carpentier; Johannes van Walbeeck.

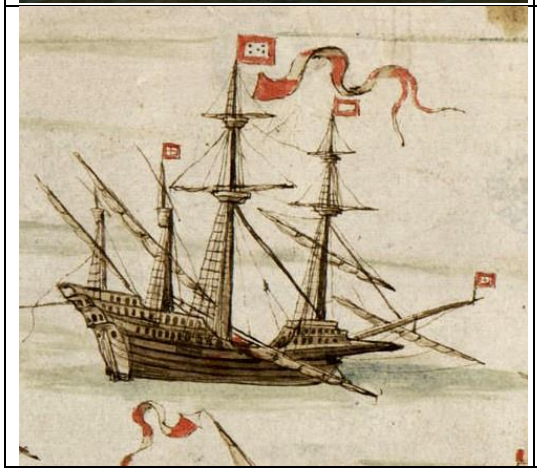
Alto Governo: Composto, inicialmente, por cinco conselheiros, um deles presidente, que diminuíram com o passar dos anos e o andamento da guerra de insurreição, foi o colegiado responsável pelo governo da conquista após a dissolução do Alto e Secreto Conselho, em 1646, seguindo até o fim da ocupação neerlandesa, em 1654.

- *Conselheiros:* Simon van Beaumont; Michiel van Goch; Hendrick Haecxs; Wouter van Schonenborch (presidente); Abraham Trouwers.

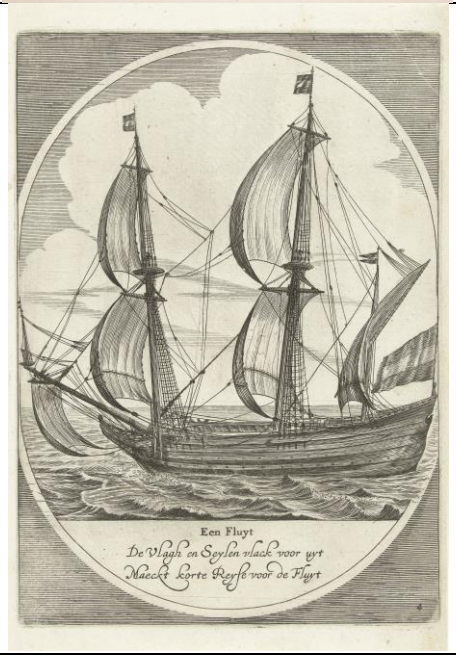
DIRETORES NEERLANDESES EM ANGOLA		
Governante	**Início**	**Término**
Cornelis Nieulant	1641	1643
Pieter Moortamer	1641	1642
Hans Molt	1643	1645
Hendrick van Redinckhoven	1644	1647
Cornelis Hendricksz. Ouwman	1645	1648
Adriaen Lems	1647	1648

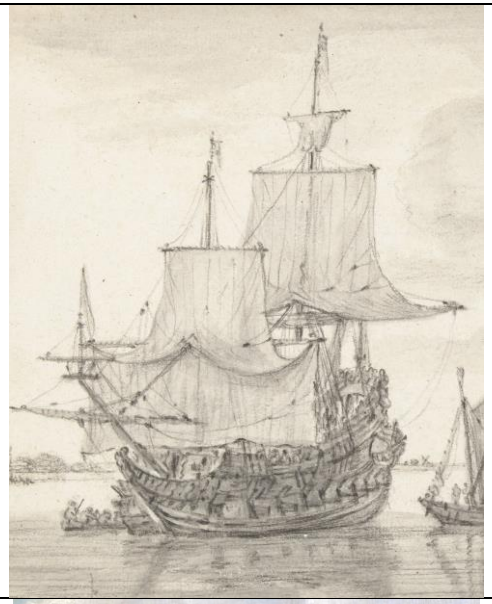
Responsáveis pelo governo da praça conquistada, lidando com questões administrativas e comerciais, enquanto oficiais militares estavam encarregados apenas de comandar a soldadesca e a marujada, os diretores operaram em configurações variadas, com boa parte dos nomeados exercendo o cargo em codireção, o que é indicado pela sobreposição de mandatos.

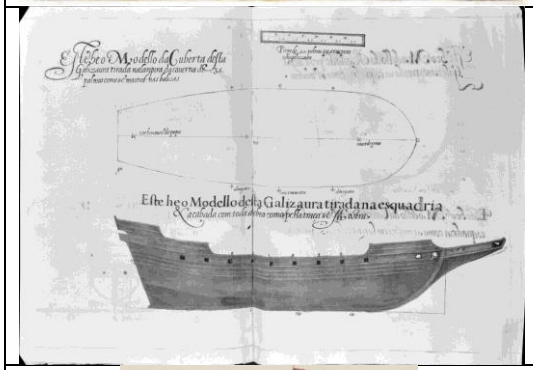
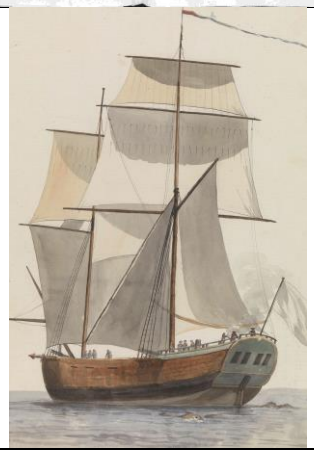
APÊNDICE II – Alguns navios manejados no Atlântico do século XVII

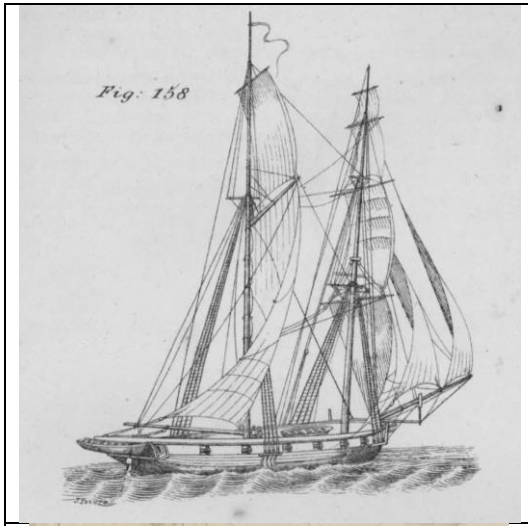
EMBARCAÇÕES			
Tipo		**Descrição**	**Usos**
	Galeão	Navio de alto bordo, com até quatro mastros, podendo variar em capacidade de carga entre 500 e 2000 toneladas. Bastante disseminado entre as nações europeias. Era associado em Portugal às frotas de Castela, cujos exemplares tinham suas particularidades em relação a galeões de outras marinhas.	Navio mercante e de guerra.
	Galeão português	Diferente das embarcações espanholas, o galeão português era menor, mais próximo em porte e função à caravela, ainda que de maior tonelagem. Era de construção robusta, com até 4 mastros, relativamente baixo acima do mar e com um curto calado, isto é, a distância entre a quilha, eixo central do casco, e a superfície da água. Mais rápido que a caravela e consideravelmente manobrável. Teriam tentado aproximá-lo em dimensões do galeão espanhol durante a união dinástica.	Criado no século XVI para substituir caravelas menores na carreira da Índia, como escolta armada das frotas, transportando também mercadorias.

	Nau (carraca)	Navio que remonta a embarcações medievais italianas, já era antigo em Portugal no século XVII. De borda alta, maior que os galeões lusos, superava até alguns espanhóis em capacidade de carga, podendo variar entre 500 e 1000 toneladas – com ocorrências pontuais de até 1600 –, a depender do período e do uso. Era embarcação relativamente curta, classificada como redonda, de casco com proporção entre comprimento e largura que não excedia 4:1. Tinha três mastros e convés elevado na proa e na popa.	Protagonista na carreira das Índias, em atividades mercantis de grande volume. Também era embarcação de guerra, comumente bem armada.
	Caravela	Parecida com a nau, diferenciava-se por ser consideravelmente menor. Tinha, usualmente, de 1 a 3 mastros, raramente 4, e carregava de 50 a, no máximo, 200 toneladas, sendo bastante ligeira.	Usada amplamente até meados do século XVII para exploração costeira e no transporte de mercadorias em volumes menores. Era também embarcação de escolta.

	Urca	Comumente construída na Alemanha e em Flandres, a urca, ou *hulk*, era embarcação proporcionalmente leve, comportando de 50 a 60 toneladas, e redonda. Esteticamente similar à nau e em tamanho à caravela. Podia ser manejada por poucos homens, mesmo em longas viagens. Bastante utilizada por neerlandeses e, ocasionalmente, por portugueses.	Navio mercante que também portava bocas de fogo.
	Filibote	Criado pelos neerlandeses no final do século XVI, a partir de métodos específicos e de menor custo se comparados ao usual na indústria naval da época, o filibote – *fluitschip*, em holandês – partilhava algumas características estéticas com galeões e de porte com a urca, tendo popa redonda e alta. Carregava entre 200 e 300 toneladas. Embarcação veloz e consideravelmente manobrável, manejada facilmente por tripulação pequena.	Primariamente mercante, com enfoque em trajetos transoceânicos. Raramente armada com bocas de fogo, não tinha estruturas de conversão para uso bélico, visando maior eficiência da sua capacidade de carga.

	Fragata	Termo que inicialmente designava embarcações pequenas, como o bergantim, a fragata seiscentista era navio robusto, de três mastros e duas baterias de canhões. Sofreu ampliações de porte ao longo do século – de 150 toneladas chegou até a 290 –, além da diversificação de suas aplicações. Era comum nas frotas de várias nações europeias.	Embarcação versátil, que operava de forma bélica ou mercante.
	Iate	Embarcação de pequeno porte, de tamanhos variados, com até dois mastros, movida também a remo. Comum nas frotas de várias nações.	Pesca, transporte de homens e de pouca carga, servindo também para incursões de reconhecimento.

	Galé (galera)	Navio a remo de origem mediterrânea, de borda baixa, com até dois mastros pequenos. Tinha diversas formas e tamanhos. Era parte das esquadras portuguesas.	Comércio e guerra, servindo também como embarcação prisional.
	Galizabra	Pequena embarcação a remo, híbrida entre a galé mediterrânea clássica e a antiga zabra biscainha.	Embarcação mercante e de guerra.
	Bergantim	Navio de baixo bordo aparentado da galé, leve e ligeiro, carregando até 150 toneladas, que comportava remeiros, mas era primariamente movido a vela. Comum em várias frotas.	Transporte de cargas e de pessoas, escolta e reconhecimento.

	Patacho	Pequena embarcação com dois mastros, de até 100 toneladas.	Usada por lusos e batavos no transporte de cargas e de pessoas, em escoltas e missões de reconhecimento.
	Barca	Pequena embarcação a vela, com remos.	Transporte de mercadorias e pessoas. No Brasil, operava frequentemente nos rios.
	Batel	Barco pequeno a remo, como bote. Trazido junto de navios.	Transporte de pessoas, pequenas cargas e equipamentos em distâncias curtas.

	Lancha	Similar ao batel, figura entre os maiores barcos auxiliares, sendo trazida junto de navios.	Transporte de pessoas, de cargas e equipamentos em distâncias curtas.

REFERÊNCIAS DAS IMAGENS

Galeão: Cornelis Verbeeck. Detalhe de *Ein Seegefecht zwischen Niederländischen und Spanischen Kriegsschiffen*, 1618-20. National Gallery of Art, Washington, D.C., Estados Unidos.

Galeão português; nau; caravela: D. João de Castro. "Tábua da Aguada do Xeque" do *Roteiro do Mar Roxo*, 1541. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Urca: Pieter Bruegel, o Velho. *A Dutch Hulk and a Boeier*, 1565. The Metropolitan Museum of Art, Nova York, Estados Unidos.

Filibote: Dirk Eversen Lons. *Een fluitschip*, 1642. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

Fragata: Anônimo. Detalhe de *Two Becalmed War Frigates and Other Vessels*, 1610-53. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

Iate: Jacob van Strij. Detalhe de *Het jacht van de kamer Rotterdam begroet een Oostindiëvaarder*, 1790. Maritiem Museum, Roterdã, Países Baixos.

Galé: Jan Huygen van Linschoten. *Itinerario. Voyage ofte Schipvaert, van Jan Huygen van Linschoten naer Oost ofte Portugaels Indin*. Amsterdam: Cornelis Claesz, 1596.

Galizabra: Manuel Fernandes. *Livro de traças de carpintaria*, 1616. Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Portugal.

Bergantim: Louis Ducros. *Frans brigantijn schip l'Heureuse Marianne [...]*, 1778. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

Patacho: Elisiário Antônio dos Santos, Barão de Angra. *Diccionario Maritimo Brazileiro*. Rio de Janeiro: Typographia e Litographia do Imperial Instituto Artístico, 1877.

Barca: Frans Post. Detalhe de *Incendia Molarum*, 1645. British Museum, Londres, Inglaterra.

Batel: Reinier Nooms. Detalhe de *Waterdichtmaken van de romp van een schip*, 1650-1705. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

Lancha: Willem van de Velde (I). Detalhe de *Royal Yacht and State Yacht Sail from Moerdijk with Charles II, King of England, on board*, 1660. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

APÊNDICE III – Pinturas e gravuras

Imagem 1 - Invasão holandesa da Baía de Todos os Santos



Claes Janszoon Visscher (II). *Verovering van San Salvador in Brazilië door admiraal Jacob Willekes, 1624* (cópia), 1624. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

Imagem 2 - A Armada dos Vassalos e a restituição de Salvador



João Teixeira Albernaz (o velho). *Planta da restituição da Bahia*, do atlas *Estado do Brasil*, ilustrado por Albernaz e escrito por D. Jerônimo de Ataíde, 1631. Mapoteca Histórica do Ministério das Relações Exteriores, Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro.

Imagem 3 - Ataque de Piet Heyn à Baía de Todos os Santos



Hessel Gerritsz. *Overwinningen van Piet Hein op de Portugese oorlogs- en koopvaardijvloot in de baai bij San Salvador, 3 maart en 11 juni 1627*, 1627. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

Imagem 4 - Escoando o butim



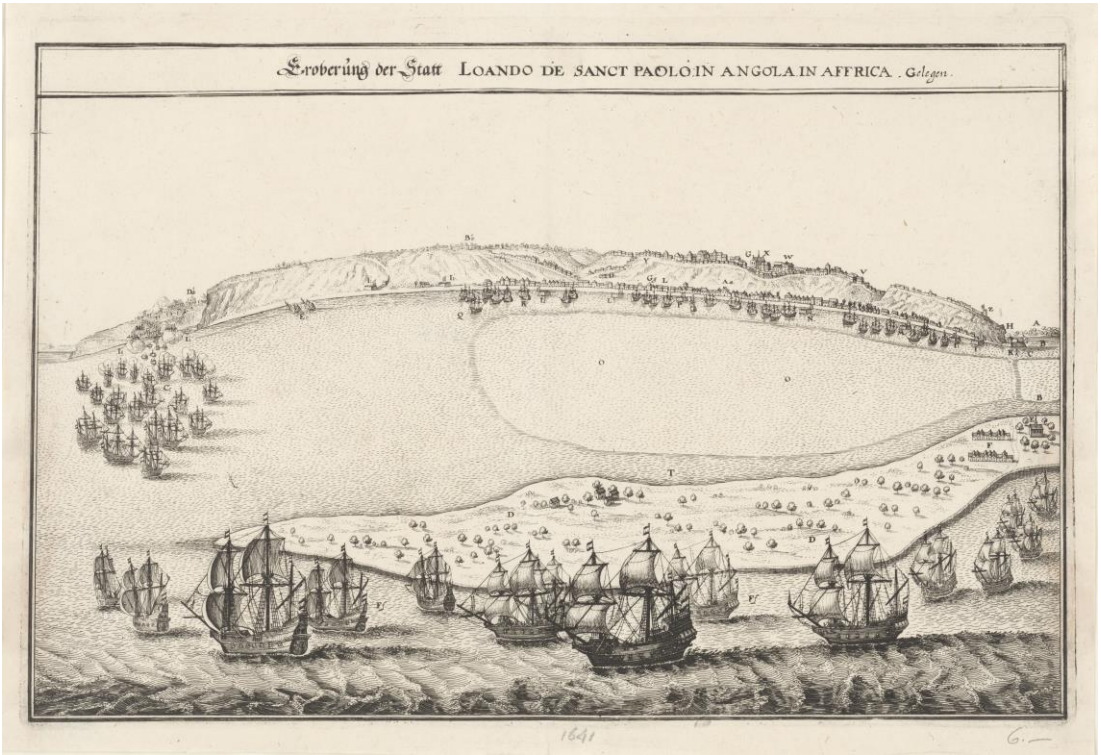
Anônimo. *Portugese suikeropbrengsten buitgemaakt in de Bay de Tode los Santos, 1627*, 1649-1651. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

Imagem 5 - A invasão de Olinda e Recife



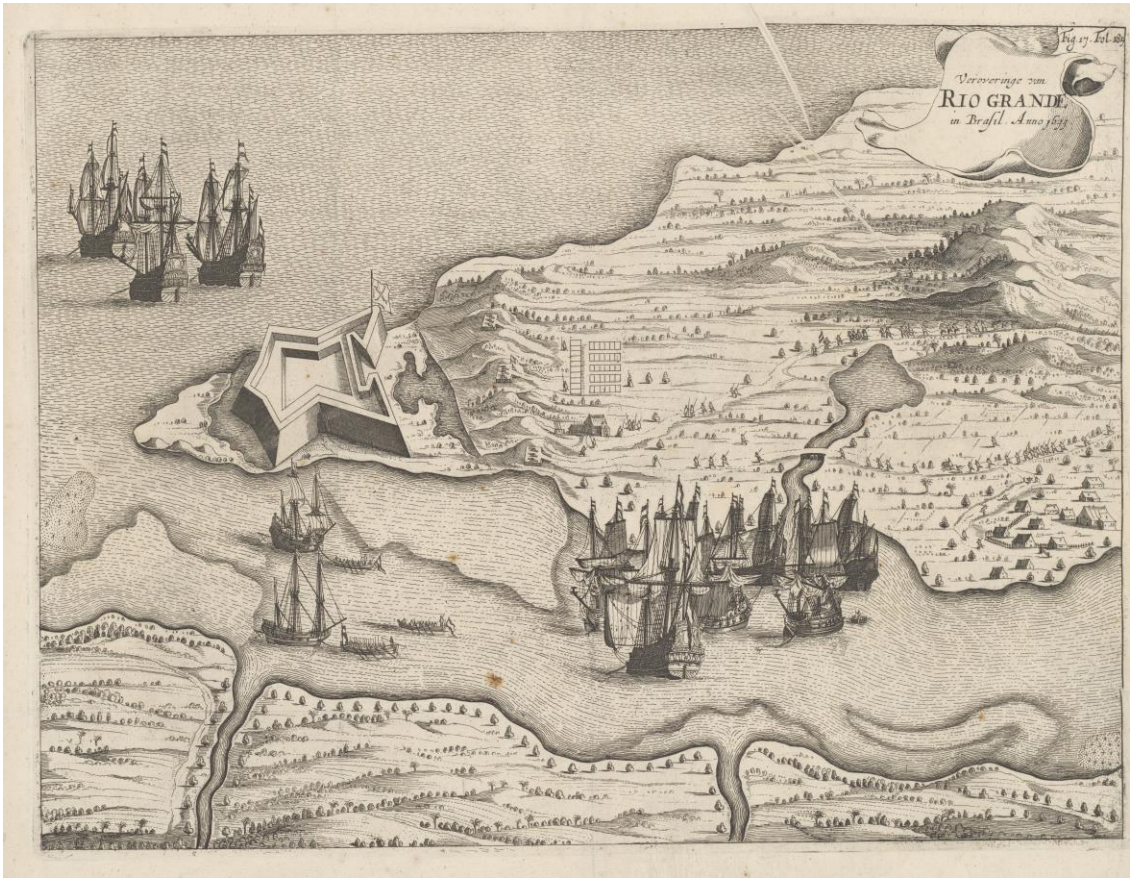
Anônimo. *Verovering van Olinda in Brazilië door generaal Hendrick C. Loncq, 1630*, 1649-51. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

Imagem 6 - Bloqueio do porto e desembarque das tropas holandesas em Luanda



Anônimo. *Verovering van Luanda, 1641*, 1651-1659. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

Imagem 7 - Ataque ao Rio Grande



Anônimo. *Verovering van Rio Grande in Brazilië, 1633*, 1649-51. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

Imagem 8 - Oficina de farinha de mandioca



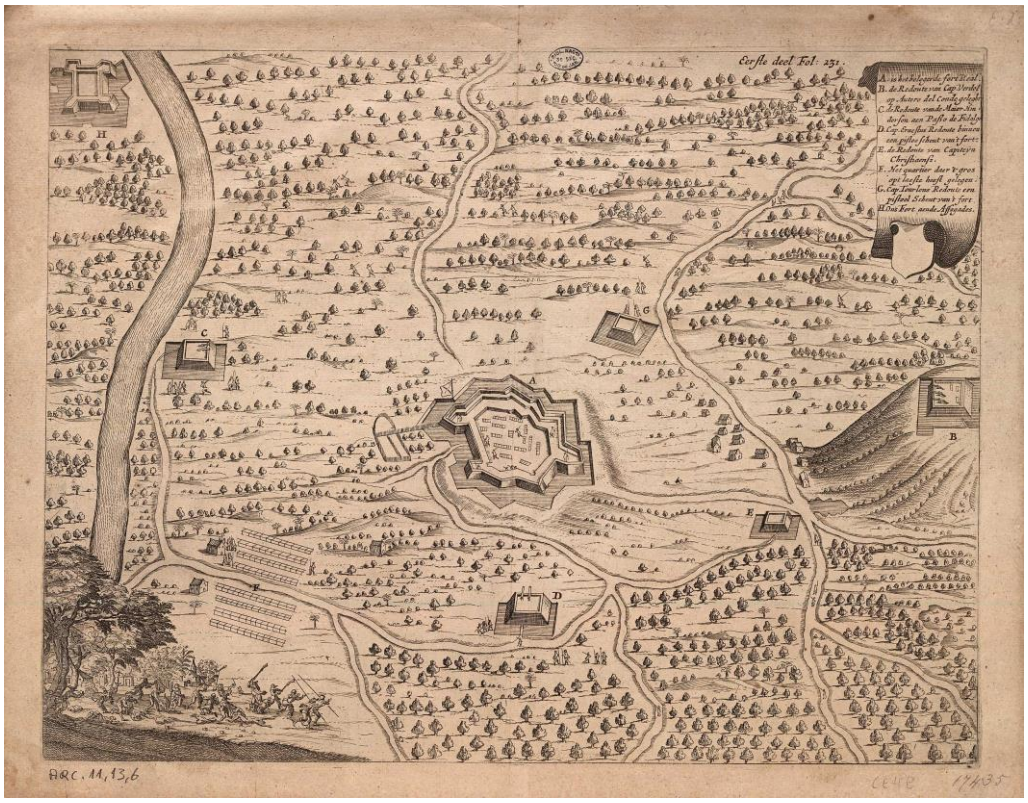
Frans Post. Detalhe de *Engenho*, 1651. Coleção Particular, Inglaterra.

Imagem 9 - A tomada do forte Cabedelo, na Paraíba



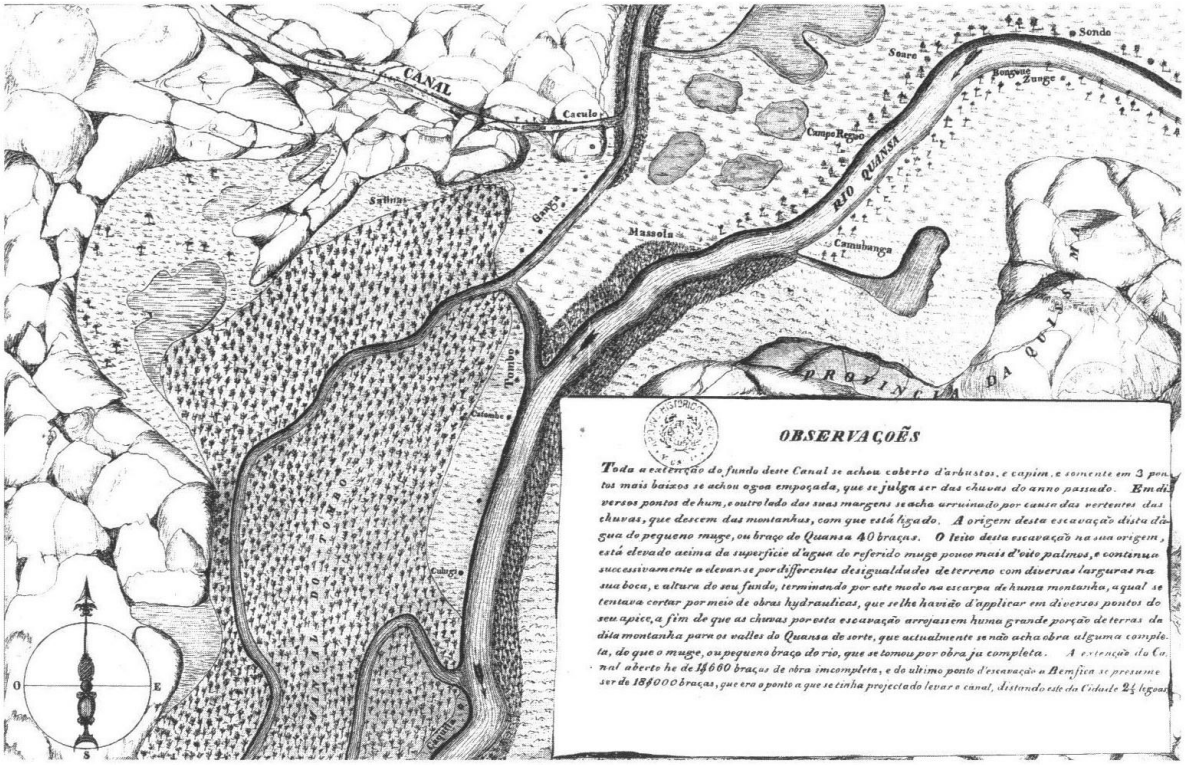
Anônimo. *Forten aan de monding van de Rio Paraiba in Brazilië veroverd door admiraal Lichthart, 1634*, 1651-2. Rijksmuseum, Amsterdã, Países Baixos.

Imagem 10 - O Arraial do Bom Jesus



Anônimo. *Mapa topográfico do Arraial do Bom Jesus e dos fortes sitiantes com a representação do ataque e tomada do mesmo Arraial*, c. 1635. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil.

Imagem 11 - Mapa do canal intentado pelos neerlandeses para desviar água do Cuanza para Luanda



Bernardo Jozé da Costa. *Canal cuja construção foi iniciada em 1641/48 pelos holandeses, para conduzir água do rio Cuanza, até Luanda*, 1819. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal.

Imagem 12 - A queima dos engenhos baianos



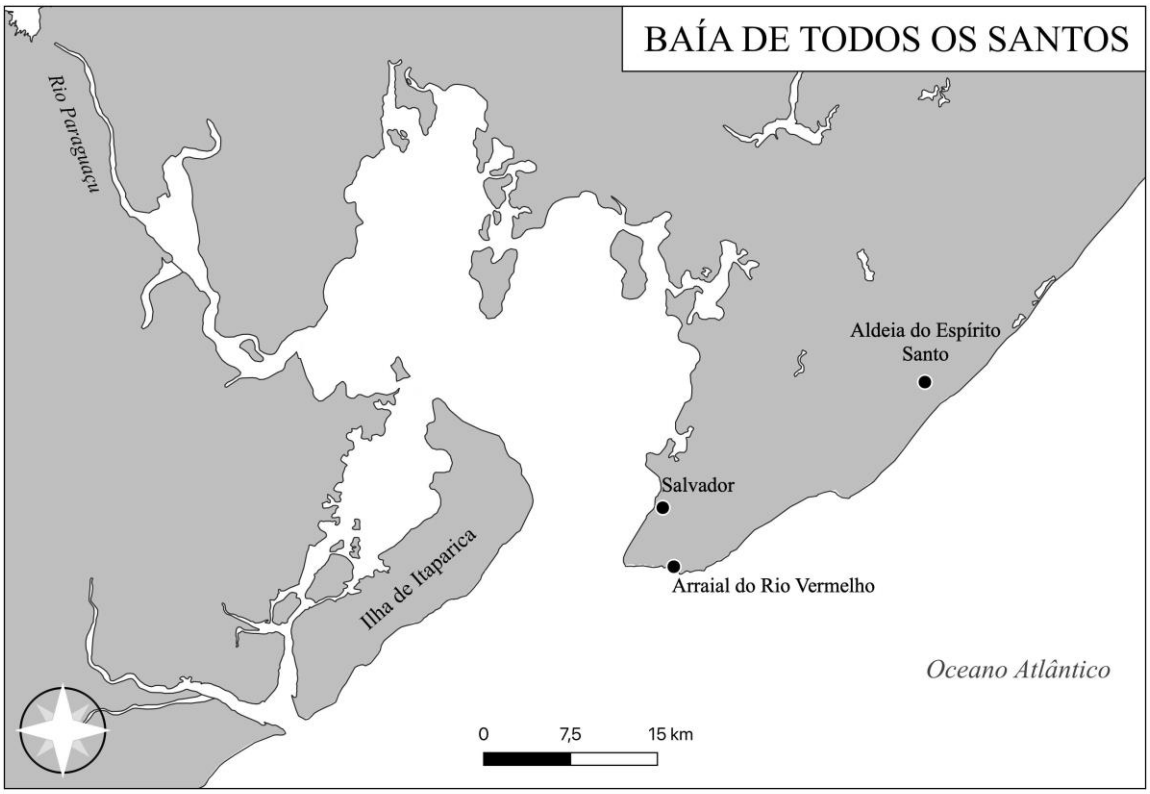
Frans Post. *Incendia Molarum*, 1645. British Museum, Londres, Inglaterra.

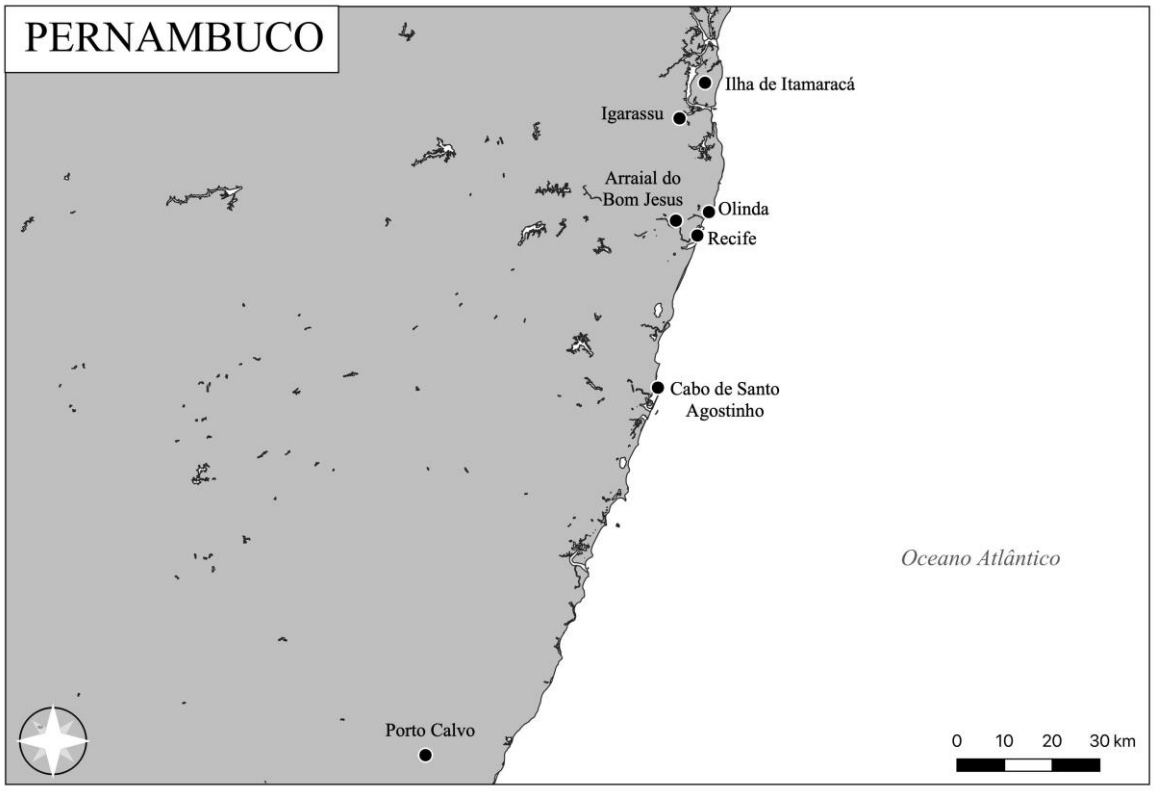
Imagem 13 - Populações da Cidade Maurícia

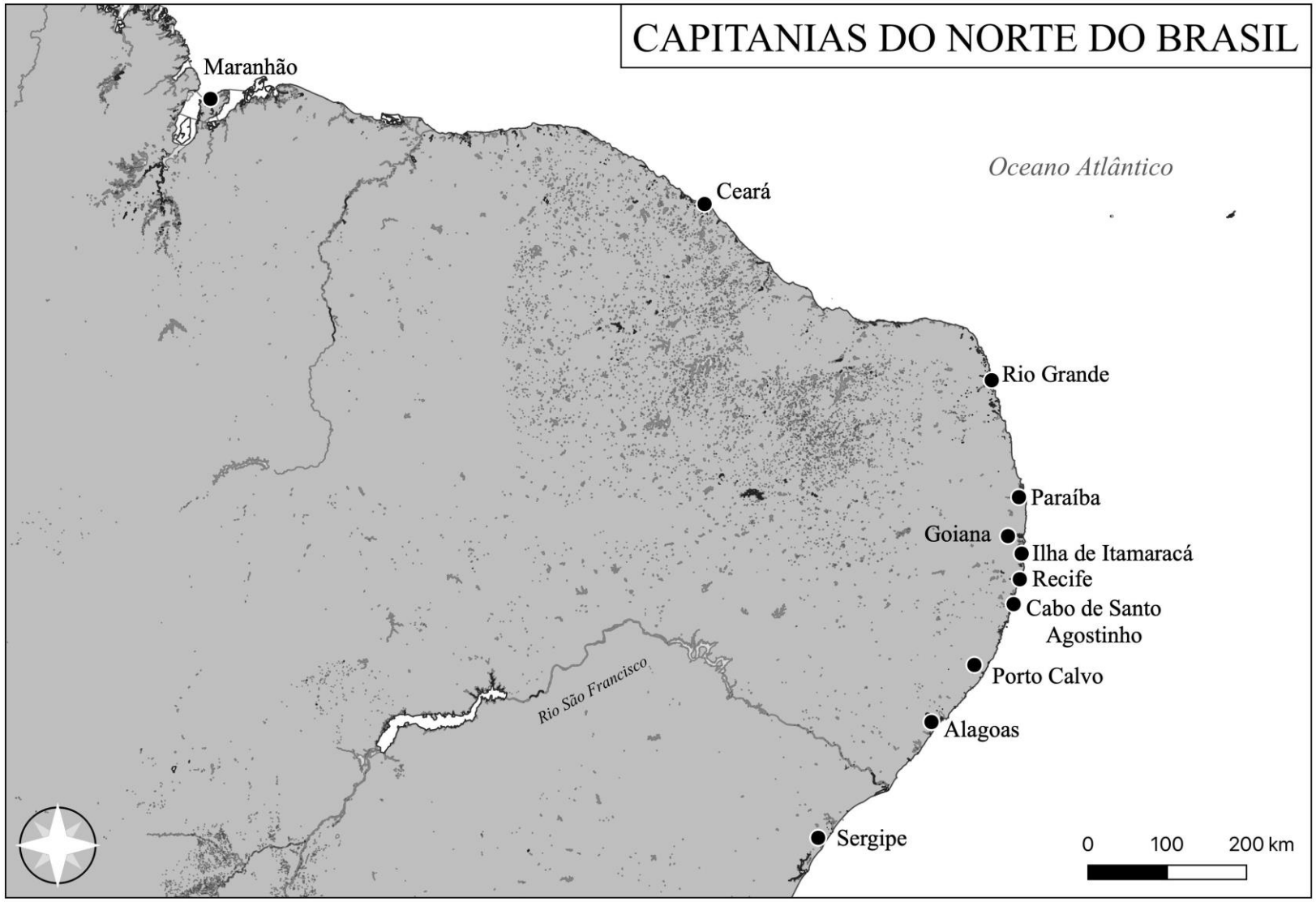


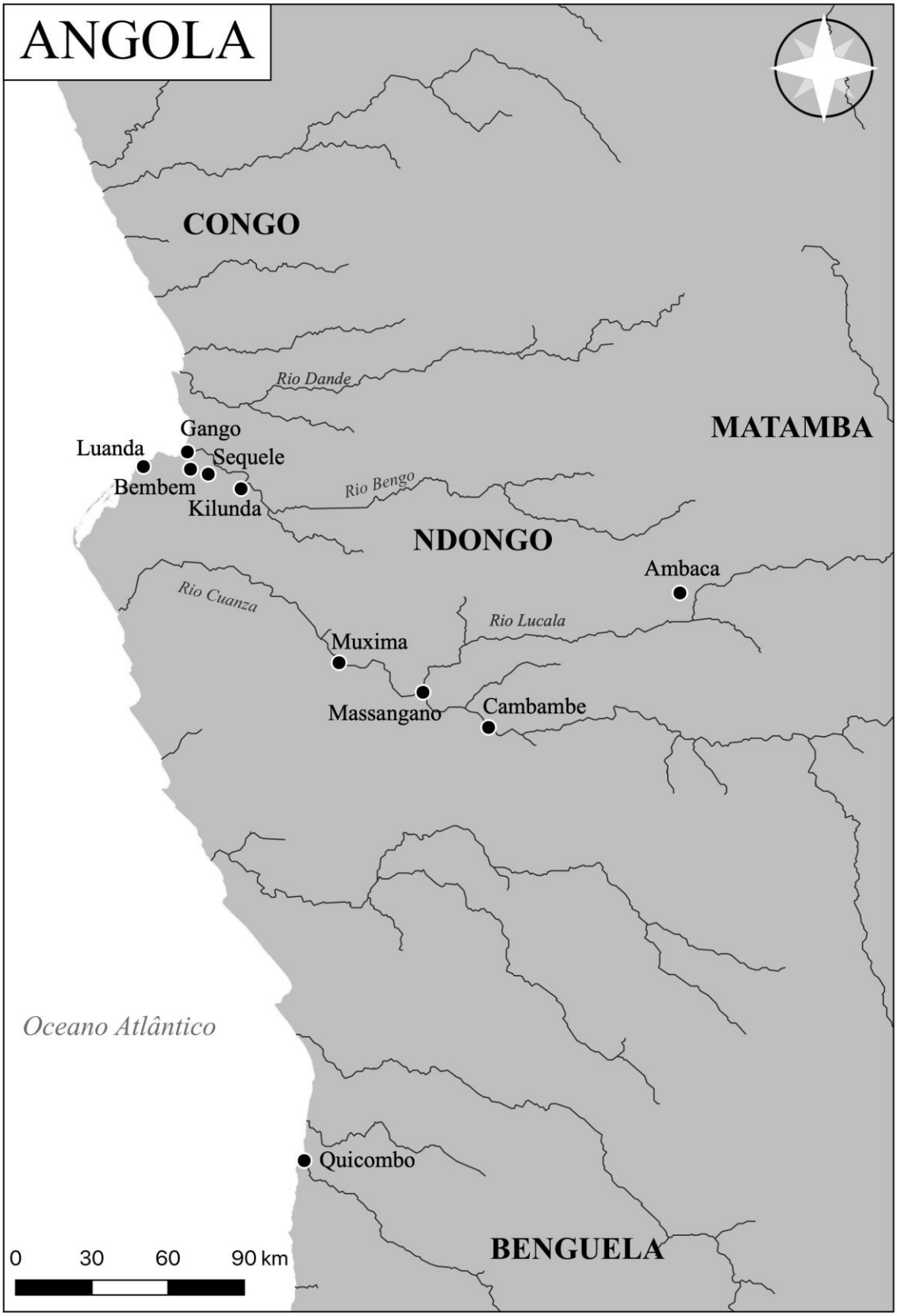
Frans Post. *Cidade Maurícia e Recife*, 1657. Coleção Particular, São Paulo, Brasil.

APÊNDICE IV – Mapas dos territórios disputados






CAPITANIAS DO NORTE DO BRASIL
Maranhão
Ceará
Oceano Atlântico
Rio Grande
Paraíba
Goiana
Ilha de Itamaracá
Recife
Cabo de Santo Agostinho
Porto Calvo
Alagoas
Rio São Francisco
Sergipe
0 100 200 km


ANGOLA
CONGO
Rio Dande
MATAMBA
Gango
Luanda
Sequele
Bembem
Kilunda
Rio Bengo
NDONGO
Ambaca
Rio Cuanza
Rio Lucala
Muxima
Massangano
Cambambe
Oceano Atlântico
Quicombo
BENGUELA
0 30 60 90 km

APÊNDICE V – Cronologia

Visando a facilitação do encadeamento de eventos citados, a seguir, foram elencados momentos importantes das disputas e contatos entre neerlandeses e portugueses na Europa e no Atlântico Sul, entre 1624 e 1654, assim como alguns episódios anteriores e posteriores de relevância.

1568: Deflagrado o conflito de secessão dos Países Baixos do Norte em relação ao domínio de Castela.

1578: Morte de D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir.

1579: Assinatura da União de Utrecht, entre as províncias neerlandesas de Holanda, Zelândia, Utrecht, Gueldres, Overissel, Groninga e Frísia, dando origem à República das Províncias Unidas dos Países Baixos.

1580: União dinástica das Coroas ibéricas.

1581: Príncipe Guilherme I de Orange, *stadhouder* das Províncias Unidas, renuncia formalmente à vassalagem a Filipe II de Espanha.

1602: Fundação da Companhia Neerlandesa das Índias Orientais (VOC).

1609: Assinatura da trégua dos doze anos entre a Espanha e as Províncias Unidas.

1621: Fim da trégua dos doze anos e fundação da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais (WIC).

1624: Invasão e ocupação holandesa de Salvador. Falha de Piet Heyn na tentativa de captura de Luanda.

1625: Reconquista da capital da colônia brasílica pela Armada dos Vassalos.

1627: Piet Heyn lidera dois saques à Baía de Todos os Santos, dentro de poucos meses.

1628: Piet Heyn e Hendrick Cornelisz Loncq capturam a frota espanhola da prata na Baía de Matanzas, em Cuba.

1630: Tropas da WIC tomam Olinda e Recife, em Pernambuco. Moradores e combatentes da resistência luso-brasileira erguem o Arraial do Bom Jesus.

1632: Manobra neerlandesa contra a vila de Igarassu.

1633: Tomada da ilha de Itamaracá e do forte dos Reis Magos, no Rio Grande, pelos batavos.

1634: Neerlandeses subjugam os redutos da resistência luso-brasileira na Paraíba.

1635: O Arraial do Bom Jesus e o Forte de Nazaré, no Cabo de Santo Agostinho capitulam diante das forças holandesas. A vila de Porto Calvo é tomada, mas recuperada poucos meses depois pelas forças de Matias de Albuquerque, em retirada para o sul após a perda dos redutos. D. Luís de Rojas y Borja substitui o irmão do donatário como governador e capitão-general.

1636: Vitória holandesa na batalha campal de Mata Redonda, nos arredores de Porto Calvo. Morre D. Luís de Rojas y Borja, que é substituído por Giovanni di San Felice, conde de Bagnuolo. Represálias das forças holandesas contra a população da conquista em razão das incursões de campanhistas luso-brasileiros.

1637: Implementação do Alto e Secreto Conselho, sob a liderança do conde João Maurício de Nassau. Retomada de Porto Calvo pelos batavos, desalojando os contingentes do conde de Bagnuolo, forçando-os a nova retirada para regiões mais austrais. Conquista do forte português e feitoria de escravos de São Jorge da Mina, na África Ocidental.

1638: Nova investida contra a Baía de Todos os Santos, capitaneada pelo próprio conde de Nassau, que fracassa.

1640: Vitória holandesa sobre a esquadra e as tropas lideradas por D. Fernando de Mascarenhas, conde da Torre e breve governador-geral do Brasil, enviadas da Europa na última tentativa hispânica de reconquistar Pernambuco. Convocação da Assembleia por Nassau e pelo Alto e Secreto Conselho. Restauração da monarquia portuguesa com a proclamação do duque de Bragança como rei D. João IV. Subsequente conflito entre Portugal e Espanha.

1641: Assinatura do tratado que previa armistício de dez anos entre Portugal e as Províncias Unidas. Acordo de tréguas entre a administração nassoviana e o vice-rei na Bahia, Jorge de Mascarenhas, marquês de Montalvão. Lançamento, a partir do Recife, de expedições de conquista à África Ocidental e ao Maranhão, que terminaram com as tomadas de Luanda, São Tomé, Benguela e São Luís. No Brasil, a extensão da ocupação costeira holandesa se estende de Sergipe e ao Maranhão.

1642: Chegada, depois de mais de um ano, da ratificação do armistício entre as metrópoles a Angola. Tratativas locais entre os lusos, radicados nos presídios do interior, principalmente em Massangano, e os batavos no litoral. Revolta luso-brasileira contra os flamengos no Maranhão.

1643: Povoamento e cultivo do sítio do Gango, às margens do rio Bengo, pela população portuguesa desterrada de Luanda, em acordo firmado com os neerlandeses. Pouco mais de quatro meses passados, um assalto seguido de saque põe fim ao arraial.

1644: Dispensa do cargo e retorno do conde de Nassau às Províncias Unidas. Alto e Secreto Conselho assume o governo do Brasil holandês, numa administração tripartida. Neerlandeses abandonam o Maranhão.

1645: Início da insurreição em Pernambuco. Após derrotas nas batalhas do monte das Tabocas e da Casa Forte, as forças batavas ficam confinadas ao Recife, sitiado até o ano seguinte, e às praças litorâneas. Francisco de Souto Maior chega ao Quicombo, levando meses até alcançar o presídio de Massangano e assumir o governo português em Angola.

1646: Arribada de frota neerlandesa com suprimentos e reforços põe fim do cerco do Recife. Chegada dos membros apontados para compor o Alto Governo, substituindo o Alto e Secreto Conselho após inúmeras denúncias e queixas contra seus administradores. Francisco de Souto Maior rompe em definitivo com os neerlandeses em Angola, falecendo pouco depois.

1648: Por meio do Tratado de Münster, a Espanha reconhece a independência da República das Províncias Unidas dos Países Baixos. Primeira batalha dos Guararapes, com triunfo luso-brasileiro. Forças portuguesas sob o comando de Salvador Correia de Sá e Benevides reconquistam Angola, São Tomé e Benguela.

1649: Segunda batalha dos Guararapes, também vencida pelos luso-brasileiros. Criação da Companhia Geral de Comércio do Brasil.

1652: Início da Primeira Guerra Anglo-Holandesa.

1654: As forças luso-brasileiras reconquistam o Recife e as demais guarnições litorâneas ainda ocupadas, pondo fim ao chamado Brasil holandês, com a assinatura da capitulação de Taborda. Fim do conflito anglo-holandês.

1657: As Províncias Unidas declaram guerra a Portugal, impondo um bloqueio naval na foz do Tejo.

1661: Negociações culminam na assinatura do Tratado de Haia, primeiro acordo de paz entre Portugal e os Países Baixos, que previa o reconhecimento da soberania lusa no norte do Brasil mediante pagamento de considerável indenização por parte da Coroa aos neerlandeses – dívida quitada apenas nos primeiros anos do século seguinte. Portugal também assina um tratado de aliança com a Inglaterra.

1665: Deflagra-se a Segunda Guerra Anglo-Holandesa.

1667: Aliança secreta é firmada entre Portugal e França, contra a Espanha. Tratado de Breda, assinado entre a Inglaterra e os Países Baixos, põe fim ao conflito reiniciado dois anos antes.

1668: Assinatura da Paz dos Pirineus, entre Portugal e Espanha, com mediação inglesa, reconhecendo a independência da Lusitânia, reclamada em 1640.

1669: Assinatura do segundo tratado de paz em Haia entre Portugal e os Países Baixos, que previa a cessão de alguns territórios asiáticos à Companhia das Índias Orientais em troca da redução da indenização prevista no tratado de 1661.